



PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARCELINO MESQUITA DO CARTAXO

Ano letivo 2016/17



ÍNDICE

Pág.

I - INTRODUÇÃO

4

1.Enquadramento Teórico do Projeto Curricular do Agrupamento

4

2.Princípios Orientadores

5

II - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

6

1.Organização do Agrupamento

6

1.1.Órgãos de administração e gestão do agrupamento

6

1.2.Estruturas de Orientação Educativa

6

1.2.1.Departamentos Curriculares

6

1.2.2.Coordenação Pedagógica

6

2.Composição

7

3.Calendário Escolar

8

4.Horário de funcionamento dos jardins de infância e escolas do agrupamento

9

5. Plano anual de distribuição do serviço docente

10

5.1. O plano de distribuição do serviço docente no agrupamento

10

5.2. A distribuição do serviço docente obedecerá às seguintes orientações

10

5.3. Componente não letiva do trabalho individual

11

5.4. Componente não letiva de trabalho no estabelecimento

11

6.Critérios para a constituição de turmas

12

7.Critérios para a elaboração de horários

12

8. Estruturas de apoio

13

8.1.Biblioteca Escolar

13

8.2.Serviços especializados

15

8.2.1.Educação especial

15

8.2.2.Gabinete de Psicologia e Orientação

18

9. Relação Escola/Família

19

10.Parcerias com Instituições e Empresas

19

11.Grupo de Apoio às TIC (GATIC)

20

III - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR

22

1. Ofertas Formativas

22

2. Articulação Curricular

23

3. Matrizes Curriculares

24

4. Projetos Turma

24

5. Atividades de promoção do sucesso escolar

25

6. Planos - Programas - Projetos - Clubes

28



IV - AVALIAÇÃO DOS ALUNOS	31
1.Domínios e ponderações dos critérios gerais de avaliação	31
2.Critérios de avaliação	32
V - Divulgação, avaliação e reformulação do projeto curricular	42
ANEXOS	44



I- INTRODUÇÃO

1. Enquadramento Teórico do Projeto Curricular do Agrupamento.

“Por projeto curricular entende-se a forma particular como, em cada contexto, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto.”

Roldão (1999:44)

O novo regime de administração e gestão das escolas, consubstanciado no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22/04 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02/07, reforça a autonomia das escolas, particularmente no que respeita à organização pedagógica, elegendo como principais objetivos da sua orientação estratégica (Art.º 4.º, n.º 1):

- a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;
- c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;
- f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;
- g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

Neste contexto, o Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo, enfrentando o desafio de construir a sua identidade e plano de ação, a médio e longo prazo, preconiza no Projeto Educativo (PE) as linhas orientadoras da ação educativa das escolas do agrupamento e operacionaliza, a médio e curto prazo, no Projeto Curricular do Agrupamento (PCA), as finalidades contidas no Projeto Educativo, organizando-se metodologicamente em função deste.

Nesta conformidade, o PCA apresenta-se como um conjunto de processos/ações que concretizem as orientações curriculares de âmbito nacional e a política educativa do Agrupamento em propostas globais de intervenção pedagógico-didáticas, adequando-as ao contexto do



Agrupamento, funcionando como um documento de natureza e gestão pedagógica que se operacionaliza a montante com o PE e a jusante com o Projeto Turma (PT) e demais documentos. Este processo de construção e adequação do currículo ao contexto específico da escola realiza-se no seio dos departamentos curriculares/áreas disciplinares pela articulação e sequencialidade dos conteúdos e pela promoção de competências várias, visando aprendizagens significativas, numa perspetiva integrada, interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, tendo como finalidade ser UM AGRUPAMENTO DE REFERÊNCIA E EXCELÊNCIA.

2. Princípios Orientadores

O Projeto Curricular do Agrupamento tem como principais objetivos assegurar a formação geral dos alunos e garantir condições para que estes possam desenvolver as suas capacidades e aptidões.

Desta forma, com o objetivo primordial de contribuir para o sucesso educativo, a organização e a gestão do currículo dos ensinos básico e secundário subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a)** Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário e articulação entre as formações de nível secundário com o ensino superior e com o mundo do trabalho;
- b)** Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades essenciais para cada ciclo e nível de ensino;
- c)** Promoção da melhoria da qualidade do ensino;
- d)** Eficiência na distribuição das atividades letivas e na racionalização da carga horária letiva semanal dos alunos;
- e)** Flexibilidade na construção dos percursos formativos, adequada aos diferentes ciclos e níveis de ensino;
- f)** Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- g)** Articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- h)** Reforço do caráter transversal da educação para a cidadania;
- i)** Valorização da língua;
- j)** Enriquecimento da aprendizagem, através de atividades culturais diversas em função do Projeto Educativo de Agrupamento.



II - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. Organização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração, e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de diferentes níveis de ensino, a partir de um Projeto Pedagógico comum.

A administração e gestão das escolas são asseguradas por órgãos próprios, que se orientam segundo princípios referidos no artigo 4º do DL n.º 75/2008, de 22 de abril.

1.1. Órgãos de Administração e Gestão do Agrupamento:

- Conselho Geral;
- Diretor;
- Conselho Pedagógico;
- Conselho Administrativo.

1.2. Estruturas de Orientação Educativa

São estruturas que colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Diretor, sendo responsáveis pela coordenação a desenvolver pelos docentes, no domínio científico-pedagógico, e pelos alunos, no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e da interação da escola com a família.

1.2.1. Departamentos Curriculares

- Departamento do Ensino Pré-Escolar;
- Departamento do 1º ciclo do Ensino Básico;
- Departamento de Matemática e Ciências Experimentais.
- Departamento de Ciências Sociais e Humanas;
- Departamento de Línguas;
- Departamento de Expressões;

1.2.2. Coordenação Pedagógica

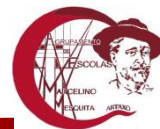
- Coordenador do Departamento Curricular do Pré-escolar;
- Coordenador do Departamento Curricular do 1º ciclo;
- Coordenador do Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais;
- Coordenador do Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas;
- Coordenador do Departamento Curricular de Línguas;
- Coordenador do Departamento Curricular de Expressões;
- Coordenador das Ofertas Formativas dos 2º e 3º Ciclos;
- Coordenador das Ofertas Formativas do Ensino Secundário;
- Coordenador do 1º Ciclo;
- Coordenador do 2º Ciclo;
- Coordenador do 3º Ciclo;



- Coordenador do Ensino Secundário;
- Coordenador dos Projetos e Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Coordenador das Bibliotecas Escolares;
- Coordenador de Educação Especial.

2. Composição

NÚMERO DE TURMAS E ALUNOS POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO				
CICLOS	ESCOLAS	ANOS	Nº TURMAS	Nº ALUNOS
PRÉ-ESCOLAR	Jardim de Infância de Vila Chã de Ourique	-----	2	29
1º CICLO	EB Nº 1 Vila Chã de Ourique	1º, 2º, 3º, 4º anos	4	91
	EB José Tagarro	1º, 2º, 3º, 4º anos	16	325
	EB Nº 2 Cartaxo	1º, 2º, 3º, 4º anos	4	103
	EB Nº 3 Cartaxo	1º, 2º, 3º, 4º anos	4	102
2º CICLO	EB Marcelino Mesquita, Cartaxo	5º ano	7	167
		6º ano	7	179
		PCA (6º ano)	1	14
3º CICLO	EB Marcelino Mesquita, Cartaxo	7º ano	8	188
		8º ano	2	52
		PCA (7º ano)	1	18
	Escola Secundária do Cartaxo	8º ano	4	103
		9º ano	6	146
		Curso CEF:		
		8º ano	1	16
		9º ano	1	15
		Curso Vocacional:		
		9º ano	1	13
		Curso PIEF:		
		6º e 9º ano	2	28
SECUNDÁRIO	Escola Secundária do Cartaxo	10º ano	7	163
		11º ano	5	130
		12º ano	5	131
	Cursos Profissionais:	10º ano	2	53
		11º ano	1	22
		12º ano	3	58
TOTAL	7		94	2146



3. Calendário Escolar

PERÍODOS LETIVOS						
	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO	
	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
PRÉ-ESCOLAR	14/09/2016	16/12/2016	03/01/2017	04/04/2017	19/04/2017	30/06/2017
1º CICLO	14/09/2016	16/12/2016	03/01/2017	04/04/2017	19/04/2017	23/06/2017
2º CICLO	14/09/2016	16/12/2016	03/01/2017	04/04/2017	19/04/2017	16/06/2017
3º CICLO	14/09/2016	16/12/2016	03/01/2017	04/04/2017	19/04/2017	06/06/2017 - 9º ano 16/06/2017 - 7º e 8º anos
ENSINO SECUNDÁRIO	14/09/2016	16/12/2016	03/01/2017	04/04/2017	19/04/2017	06/06/2017 - 11º e 12º anos 16/06/2017 - 10º ano

INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES LETIVAS			
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	
	NATAL	CARNAVAL	PÁSCOA
PRÉ-ESCOLAR, ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	De 19/12/2016 a 02/01/2017	De 27/02/2017 a 01/03/2017	De 05/04/2017 a 18/04/2017

PERÍODOS DE AVALIAÇÃO			
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO
	NATAL	PÁSCOA	FINAL
PRÉ-ESCOLAR, ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	19/12/2016 20/12/2016 21/12/2016	05/04/2017 06/04/2017 07/04/2017	9º, 11º e 12º anos: 07/06/2017 08/06/2017 5º, 6º, 7º, 8º e 10º anos: 19/06/2017 20/06/2017 21/07/2017 1º, 2º, 3º e 4º anos: 26/06/2017 27/06/2017 28/06/2017

4. Horário de funcionamento dos jardins de infância e escolas do agrupamento

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO AGRUPAMENTO			
PRÉ-ESCOLAR	1º CICLO	ESCOLA-SEDE (2º E 3º CICLOS)	ESCOLA SECUNDÁRIA
09h00m - 12h15m 13h15m - 15h00m Componente de apoio à família: 08h00m - 09h00m 12h15m - 13h15m 15h00m - 18h30m	1º e 2º anos: 09h00m - 12h30m 14h00m - 16h00m AEC*: 16h30m - 17h15m 3º e 4º anos: 09h00m - 13h00m 14h15m - 16h15m • 1 dia por semana: 14h15m - 15h45m AEC*: 16h30m - 17h15m • 1 dia por semana: 16h00m - 17h30m	08h15m - 18h30m	08h30m - 18h25m
* Atividade de Enriquecimento Curricular			

HORÁRIO DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS

SERVIÇOS	HORÁRIO		
	EB José Tagarro	EB Marcelino Mesquita, Cartaxo	Escola Secundária do Cartaxo
REPROGRAFIA E PAPELARIA	09,00H - 13,30H 15,00H - 16,00H	09,00H - 16,30H	08,30H - 17,00H
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (Atendimento ao público)		09,00H - 12,00H 14,00H - 16,30H	09,00H - 12,00H 14,00H - 16,30H
REFEITÓRIO	12,30H - 13,30H	12,30H - 14,00H	12,00H - 14,00H
BUFETE		09,30H - 12,00H 13,00H - 17,00H 4.ª F - encerra às 14,30H	09,30H - 12,30H 13,30H - 17,00H
BIBLIOTECA	09,30H - 14,15H	09,00H - 13,15H 13,45H - 16,00H	08,30H - 16,30H
PORTARIA / PBX	08,30H - 18,00H	08,00H - 19,00H	08,00H - 19,30H



5. Plano anual de distribuição do serviço docente.

Compete ao Diretor do agrupamento distribuir o serviço docente, de acordo com os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários, ouvidos o conselho pedagógico e depois de aprovados pelo conselho geral. O Agrupamento encontra-se organizado em dois períodos de funcionamento (um de manhã e um de tarde). A distribuição das cargas horárias dos 2º, 3º Ciclos e do Secundário está organizado em blocos de 90 e de 45 minutos.

5.1. O plano de distribuição do serviço docente no agrupamento:

- a) Está direcionado para a proteção da qualidade de ensino e dos legítimos interesses dos alunos;
- b) Deseja criar condições para o efetivo cumprimento do currículo e dos programas de cada disciplina e pretende potenciar o melhor aproveitamento das capacidades de organização e gestão dos tempos de trabalho na escola, assim como a implementação de soluções organizativas ajustadas às necessidades efetivas de todos os intervenientes no processo educativo;
- c) Orienta-se por critérios de bom aproveitamento dos recursos disponíveis, maximizando a rentabilidade da formação e experiência dos docentes.

O Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho, introduziu modificações significativas no que diz respeito à distribuição do serviço docente, através de um reforço da autonomia das escolas, refletido nas funções e prerrogativas do diretor, do conselho de escola e do conselho pedagógico. De acordo com o diploma, compete ao Diretor, dentro das limitações dos próprios despachos e da restante legislação em vigor, a competência para: decidir a duração das aulas; distribuir de forma flexível as aulas de cada disciplina ou área disciplinar ao longo da semana; ajustar, pontualmente, o horário dos docentes às necessidades que ocorram ao longo do ano letivo; estabelecer os currículos da “oferta complementar” prevista na “matriz curricular” do ensino básico; fomentar, dentro dos recursos disponíveis a coadjuvação na sala de aula; constituir, quando possível, equipas pedagógicas estáveis ao longo de cada ciclo.

Introduz-se ainda a possibilidade de os docentes poderem, citando a lei, “independentemente do grupo para o qual foram recrutados, lecionar qualquer área disciplinar, disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível, desde que sejam titulares da adequada formação científica e ou certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida”.

5.2. A distribuição do serviço docente obedecerá às seguintes orientações:

- a) Devem os docentes dar continuidade pedagógica às turmas, bem como o diretor de turma, desde que não haja motivos válidos que impliquem a sua substituição.
- b) Com exceção dos Coordenadores de Departamento, que deverão ter distribuição do serviço docente nas duas escolas (Básica Marcelino Mesquita e Secundária), todos os



outros docentes terão dentro da medida do possível a componente letiva apenas numa das escolas.

- c) Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma.
- d) Dever-se-á evitar a atribuição de níveis com disciplinas sujeitas a exame nacional a docentes onde haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade.
- e) O horário do docente não deve incluir mais de 3 blocos ou 6 segmentos letivos consecutivos, nem deve incluir mais de 8 segmentos letivos diários.
- f) O horário do docente não deve incluir mais de três tempos letivos de 45 minutos desocupados.
- g) O serviço distribuído ao docente deve estender-se ao longo de 5 dias/semana.
- h) O docente obriga-se a comunicar à Direção qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do horário.
- i) O número de horas a atribuir à “componente não letiva” tem em conta a legislação em vigor.
- j) As aulas de apoio às disciplinas de Matemática e de Português devem acontecer, sempre que possível, em dias diferentes da lecionação da disciplina.
- k) Os Diretores de Turma da Escola Secundária poderão, se assim o desejarem, marcar a hora de atendimento aos Encarregados de Educação no período noturno (até às 20.30h).
- l) Sempre que possível, o horário deve ter uma distribuição equilibrada.

5.3. Componente não letiva do trabalho individual

A componente não letiva individual compreende a realização do trabalho de preparação e avaliação das atividades educativas realizadas pelo docente, bem como a elaboração de estudos e de trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.

5.4. Componente não letiva de trabalho no estabelecimento

Todos os docentes têm de cumprir no estabelecimento 26 horas, sendo as restantes horas para trabalho individual, de acordo com o disposto no artigo 82º do ECD.

A Componente não letiva de trabalho no estabelecimento compreende a orientação e acompanhamento de alunos nos diferentes espaços escolares, bem como a dinamização de atividades de enriquecimento e complemento curricular, projetos, clubes, incluindo também as organizadas no âmbito da ocupação plena dos tempos escolares.



8. Estruturas de apoio

8.1. Biblioteca Escolar

O Agrupamento compreende três Bibliotecas Escolares sediadas, uma na Escola Básica José Tagarro, outra na Escola Básica Marcelino Mesquita e outra na Escola Secundária.

A Biblioteca Escolar é constituída pelos espaços e equipamentos onde são conservados, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos e recursos, independentemente da sua natureza e suporte, e que permitem diversificar as práticas pedagógicas, melhorar a qualidade do ensino, desenvolver as diferentes literacias e ocupar de uma forma útil e agradável os tempos livres e de lazer dos alunos. A Biblioteca Escolar constitui também um centro de recursos multimédia, de livre acesso, com espaços, mobiliário e equipamentos adequados, dispondo de uma equipa com formação adequada, sendo destinada à consulta/produção de documentos em diferentes suportes. Assim, compete ao Agrupamento assegurar a manutenção e o desenvolvimento desta estrutura educativa, de modo a torna-la um centro de iniciativas, inseridas e articuladas com a vida pedagógica escolar aberto à comunidade local.

O plano de ação para a Biblioteca Escolar desenvolver-se-á tendo por base cinco grandes finalidades, nas quais se inserem os seus objetivos prioritários e as atividades ou ações a empreender:

Organizativa

- Modernizar os seus recursos físicos de modo a criar diferentes zonas funcionais (zona de acolhimento, leitura informal, consulta e produção de documentação);
- Adequar os seus recursos materiais às novas exigências das diversas áreas do currículo, permitindo a utilização da biblioteca como um recurso de enriquecimento pessoal e ocupação dos tempos livres dos alunos;
- Gerir e organizar a coleção existente e a adquirir, através do seu registo, catalogação, classificação e cotação;
- Dotar a Biblioteca de um fundo orçamental próprio, que lhe permita um funcionamento regular e uma renovação periódica do fundo documental e equipamentos;
- Formar uma equipa educativa que assegure e dinamize as diferentes funções da biblioteca, nomeadamente no que concerne à gestão da informação e projetos, bem como à animação pedagógica e apoio/orientação dos utilizadores.

Informativa

- Fornecer informação fiável, de modo a promover o contacto dos alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- Integrar redes de informação regionais e nacionais, nomeadamente a Rede de Bibliotecas Escolares, desenvolvendo projetos adequados a este fim;
- Divulgar os recursos e potencialidades da Biblioteca Escolar;



- Promover o desenvolvimento de competências de gestão da informação.

Educativa

- Promover o trabalho em equipa e cooperação entre os docentes, colaborando ativamente com os professores, grupos disciplinares, departamentos curriculares e restantes escolas do agrupamento;
- Apoiar e promover projetos e clubes escolares cujos objetivos educativos estejam de acordo com as finalidades e currículo da escola;
- Apoiar os alunos na aprendizagem, investigação e pesquisa individual, através de uma orientação presencial, ou em situação de aula;
- Desenvolver e manter nos alunos o hábito e gosto pela leitura, escrita e aprendizagem;
- Assegurar a educação ao longo da vida, facultando meios, equipamentos e um ambiente favorável à aprendizagem.

Cultural

- Contribuir para o desenvolvimento cultural da comunidade educativa, através da organização de atividades que favoreçam a consciência e sensibilização para esta área;
- Apoiar experiências de natureza estética, artística e criativa, tornando a biblioteca um recurso de enriquecimento pessoal e social;
- Valorizar e divulgar o património cultural do concelho, integrado no património nacional e europeu.

Recreativa

- Encorajar uma ocupação útil dos tempos livres, mediante o fornecimento de informação, materiais e programas de valor recreativo;
- Associar a leitura aos tempos livres e à ocupação lúdica;
- Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação que possibilitem não só a aquisição de conhecimentos e compreensão, mas também cultivem a imaginação, o divertimento e a liberdade responsável.

Compete ao professor coordenador das bibliotecas a elaboração e apresentação de um plano anual de atividades. No final de cada ano letivo, o mesmo professor elaborará um relatório crítico de avaliação do trabalho desenvolvido.

A Biblioteca Escolar regerá o seu funcionamento por um conjunto de normas definidas em regulamento interno a aprovar anualmente pelo Conselho Pedagógico.

Plano Nacional de Leitura

O Plano Nacional de Leitura (PNL) é um projeto da responsabilidade do Ministério da Educação e em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, que procura aumentar os níveis de literacia e promover o gosto pela leitura.



O PNL desenvolve-se em articulação com as atividades da Biblioteca Escolar e tem o intuito de desde cedo promover a criação de hábitos de leitura. No pré-escolar, a leitura poderá ser feita, quer pelos alunos, através de imagens dos livros, quer pela educadora que disponibilizará uma hora por dia para esta atividade. No primeiro ciclo, os alunos deverão dedicar uma hora por dia à leitura, centradas em livros ajustados aos seus interesses e níveis de competência linguística. Nos restantes níveis de ensino, cabe aos professores de cada nível estabelecer uma obra por período de leitura obrigatória.

Os objetivos a atingir com este projeto são os que foram definidos no âmbito da apresentação do referido Plano Nacional de Leitura, a saber:

- Promover as diferentes literacias;
- Promover o gosto pela leitura, enquanto fator de crescimento individual e coletivo;
- Criar um ambiente favorável à leitura, introduzindo-a no quotidiano dos alunos;
- Criar instrumentos e atividades que estimulem o prazer de ler;
- Desenvolver o conhecimento dos livros e dos respetivos autores.

8.2. Serviços especializados

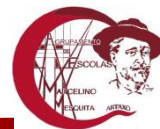
8.2.1. Educação especial.

Consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente as crianças e jovens que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflitam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

O Agrupamento procura proporcionar uma integração na vida académica e profissional o mais harmoniosa possível, através de um acompanhamento adequado e direcionado a cada caso, tendo como instrumentos as diversas modalidades colocadas ao dispor pela legislação em vigor e dispondo de um grupo de técnicos especializados para acompanhar estes alunos.

Pretende-se que estes alunos participem nas atividades curriculares e de enriquecimento curricular, junto dos seus pares da turma a que pertencem, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem.

A criação de um ambiente educativo estruturante, significativo e rico em comunicação, permitirá direcionar uma aprendizagem de conteúdos relacionados com o conhecimento de si próprios, dos outros e do mundo, conduzindo ao estabelecimento de uma vida com qualidade, no presente e no futuro. Por outro lado procura-se promover o desenvolvimento da autonomia pessoal e social nos diversos ambientes, sem descorar a adoção de opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico.



Os serviços especializados do Agrupamento abrangem, essencialmente, o acompanhamento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) de caráter permanente que frequentam turmas do ensino pré-escolar, do ensino básico e secundário (integrados no Decreto lei n.º 3/2008, de 7/1).

A Educação Especial (EE) opera a partir da identificação dos alunos a apoiar pelos professores titulares de turma ou diretores de turma que, após a reunião dos elementos necessários (relatórios clínicos, psicológicos, pedagógicos, pareceres ou outros considerados relevantes), solicitam a colaboração da Equipa Multidisciplinar, para que sejam avaliados de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). As medidas educativas a prestar aos alunos com NEE poderão ser as seguintes:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;
- e) Currículo específico individual;
- f) Tecnologias de apoio.

As modalidades específicas de educação abarcam a educação de alunos com deficiência, numa lógica de combate à exclusão.

Os serviços especializados integram as salas das Unidades de Apoio Especializado para a Educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, as Unidades de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbação do espectro do Autismo, assim como a Equipa Local de Intervenção Precoce de Cartaxo/Azambuja.

As Unidades de Ensino Estruturado e de Multideficiência da Escola Básica José Tagarro destinam-se aos alunos do 1º Ciclo e as Unidades de Ensino Estruturado e de Multideficiência da Escola Básica Marcelino Mesquita destinam-se a alunos dos 2º e 3º Ciclos e visam a inclusão escolar e social de alunos com problemáticas de diversa natureza.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 21º do decreto-lei nº3/2008 de 7 de janeiro, os alunos que tenham no seu programa educativo individual a medida «currículo específico individual», ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do mesmo decreto, poderão beneficiar de alterações significativas no currículo comum, podendo as mesmas traduzir-se na introdução, substituição e eliminação de objetivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade da criança ou do jovem.

No Agrupamento foram definidas três grandes áreas:

- **Área Curricular Funcional** (onde se enquadram, por exemplo: a leitura e escrita, o cálculo e o estudo do meio no 1º Ciclo; nos restantes Ciclos, o Português Funcional, a Matemática Funcional e o Inglês Funcional);



- **Autonomia Pessoal e Social** (Onde se enquadram as Atividades de Promoção da Capacitação e os Despistes Vocacionais para os alunos com PIT);
- **Expressões** (Onde se enquadram a Educação Musical, a Educação Física e a Expressão Motora Adaptada).

O agrupamento é considerado de referência pelo facto de os alunos poderem usufruir destas unidades.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

NÍVEL	TOTAL DE ALUNOS	TERAPIAS
PRÉ-ESCOLAR	0	Terapia da fala; terapia ocupacional; fisioterapia; psicologia; expressão musical; adaptação ao meio aquático.
1º CICLO	38	
2º CICLO	41	
3º CICLO	58	
SECUNDÁRIO	12	
TOTAL	149	

EDUCAÇÃO ESPECIAL

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO PROBLEMÁTICA							CEI	UEE	UAE
	SENSORIAIS		MENTAIS				NEUROMÚSCULO, ESQUELÉTICO, E RELACIONADAS COM O MOVIMENTO			
AUDIÇÃO	VISÃO	LINGUAGEM *	INTELECTUAIS *	EMOCIONAL *	PSICOSSOCIAL GLOBAL *					
PRÉ ESCOLAR										
1º CICLO			33	36	12	12	2	9	8	4
2º CICLO			21	16	9	10	3		5	3
3º CICLO			17	18	8	6	2	11	1	10
SECUNDÁRIO	1		5	2		2		2		
TOTAL	1		76	72	29	30	7	22	9	17

Obs. Nº1 *- Alguns alunos estão inseridos em mais do que uma problemática.

Legenda:

CEI - Currículo Específico Individual

UEE - Unidade de Ensino Estruturado

UAE - Unidade de Multideficiência



8.2.2. Gabinete de Psicologia e Orientação.

O Gabinete de Psicologia e Orientação estende a sua função, dentro das suas atribuições, a toda a comunidade escolar, conforme previsto no Decreto-lei n.º 300/97, de 31/10. Atua, quer por iniciativa própria, quer por solicitação dos órgãos administrativos e pedagógicos, quer ainda a pedido dos professores, encarregados de educação e restantes membros da comunidade escolar.

O papel dos serviços de psicologia e orientação é o de possibilitar a adequação das respostas educativas às necessidades dos alunos. A qualidade da educação está intimamente dependente dos recursos pedagógicos de que a escola dispõe para acompanhamento do percurso escolar dos seus alunos. Este acompanhamento pressupõe uma intervenção pedagógica individualizada sempre que sejam detetadas situações de dificuldade, mas igualmente implica apoiar os alunos nas escolhas que terão de fazer ao longo da sua escolaridade, facilitando o desenvolvimento da sua identidade e a construção do seu próprio projeto de vida.

Os serviços de Psicologia e Orientação desenvolvem as suas funções em contexto escolar, competindo-lhe, designadamente:

- a) Contribuir, através da sua intervenção especializada, para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;
- b) Conceber e participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa que promovam o acompanhamento do aluno ao longo do seu percurso escolar;
- c) Co-responsabilizar as famílias no processo de desenvolvimento pessoal, social e escolar das crianças e jovens, através da mediação familiar e formação parental, aumentando a capacidade de intervenção e atuação face às situações de risco familiar e social identificadas;
- d) Intervir, a nível psicológico e psicopedagógico, na observação, orientação e apoio dos alunos, promovendo a cooperação de professores, pais e encarregados de educação em articulação com os recursos da comunidade;
- e) Participar nos processos de avaliação multidisciplinar e interdisciplinar, tendo em vista a elaboração de programas educativos individuais, e acompanhar a sua concretização;
- f) Proceder à avaliação psicopedagógica dos alunos, bem como à orientação vocacional e avaliação das capacidades e funcionalidades dos alunos como instrumento para adequar e adotar respostas diversificadas, percurso alternativos e orientações que permitam atender os diferentes interesses e aspirações desses alunos;
- g) Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo;
- h) Colaborar no levantamento de necessidades da comunidade educativa com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas educativas adequadas;



- i) Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação do pessoal docente e não docente;
- j) Colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo e acompanhar o desenvolvimento de projetos.

9. Relação Escola/Família

De modo a facilitar um melhor relacionamento entre a família e a escola, o Agrupamento desenvolve as seguintes estratégias:

- Divulgação de atividades e projetos do agrupamento;
- Dinamização de ações visando à sensibilização dos pais e encarregados de educação para a importância do seu papel na escola e na educação;
- Incentivo e apoio à Associação de Pais;
- Operacionalização da comunicação via SMS e correio eletrónico entre a escola e os encarregados de educação;

Para fomentar um bom ambiente entre os intervenientes do processo educativo promove:

- Uma boa articulação entre os órgãos de gestão e a Comunidade Educativa;
- Formação de pessoal não docente, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na escola, competências e relação pedagógica;
- Reuniões periódicas e formalização de contactos no Agrupamento para troca de informações sobre os alunos em geral e os alunos com Necessidades Educativas Especiais em particular;
- A dinamização de uma Cultura Desportiva de Escola, nomeadamente através dos grupos/equipas de Desporto Escolar;
- A institucionalização de espaços e tempos de trabalho.

10. Parcerias com Instituições e Empresas.

O estabelecimento de protocolos com instituições e empresas locais, para a inserção de alunos com necessidades educativas especiais com CEI (Currículo Específico Especial) e PIT (Plano Individual de Transição), é de extrema importância para promover a sua transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional adequada ao seu perfil de funcionalidade e para a sua inserção social. Por outro lado, as parcerias são fundamentais para os alunos dos cursos vocacionais e profissionais poderem usufruir de estágios profissionais de acordo com os cursos que frequentam.

Para além destas parcerias, destacam-se ainda protocolos com instituições, empresas ou outros para o funcionamento de clubes, projetos, atividades de cidadania e desenvolvimento cultural,

ciência e tecnologia, apoios ao desenvolvimento curricular e também ao nível da comunicação com a comunidade.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PARCERIAS
COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> *Escola Superior de Educação de Santarém *Orgãos de comunicação social locais e regionais *Centro Cultural do Cartaxo (CCC) *Unidade de Saúde Familiar Terra Viva do Cartaxo
CLUBES	<ul style="list-style-type: none"> *Câmara Municipal *Juntas de Freguesia *Instituto Politécnico de Santarém *Nersant do Cartaxo
PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> *Bombeiros *PSP *GNR *Farmácia Moderna VCO *DGIDC
CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> *EB23 J. F. Pratas *E. S. Ginestal Machado *EB23 J. F. Relvas *INATEL *Ordem dos Biólogos
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> *P.T.E. *Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens *P.N.L. *Jardim de Infância do Cartaxo
APOIOS E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	<ul style="list-style-type: none"> *Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo *J. Silva - Construções Metálicas Lda. *Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças com Deficiência Mental *"Plano de Ação" ao abrigo do artigo 30 do Dec. Lei 3/2009 *A.P.P.A.C.D.M. - Santarém
EDUCAÇÃO ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"> *Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo do Cartaxo *CERCI Flor de Vida - Azambuja *Segurança Social *Agrupamento D. Sancho I

11. Grupo de Apoio às TIC (GATIC)

O aumento do parque informático, a gestão das redes, a necessidade constante de manutenção e assistência técnica, as questões da segurança e a crescente e desejável utilização destes recursos, quer pelos alunos, quer pelos professores, têm exigido ao Agrupamento soluções organizacionais que permitam o bom funcionamento dos equipamentos informáticos e das redes.



A promoção do uso dos computadores, redes e Internet nos processos de ensino-aprendizagem obriga a um esforço de apetrechamento informático, de modo a responder ao desafio de poder colocar à disposição da comunidade educativa as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Por outro lado, torna-se necessário continuar a investir na formação e no apoio aos docentes nas novas tecnologias, possibilitando a utilização das mesmas em atividades letivas, não letivas e nas tarefas de administração e gestão de cada escola.

Assim, a Equipa TIC procurará desenvolver a sua ação centrando-se nos seguintes objetivos:

Gestão

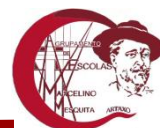
- a) Identificar as lacunas do domínio das TIC dos diversos atores intervenientes no processo ensino-aprendizagem;
- b) Identificar as lacunas de equipamento no domínio das TIC e colmatar em tempo útil essas mesmas deficiências;
- c) Otimizar a gestão de consumíveis associados às TIC;
- d) Gerir as Redes Informáticas existentes, zelando pelo seu correto funcionamento e segurança;
- e) Gerir de forma eficaz o parque informático, propiciando a sua durabilidade;
- f) Gerir o *software* de controlo de acessos e gastos dos diferentes elementos da comunidade Educativa;
- g) Gerir e realizar a manutenção dos equipamentos e *software* específico dos diferentes serviços.

Formação

- a) Propiciar formação específica no domínio das TIC aos diversos atores intervenientes no processo ensino-aprendizagem;
- b) Transformar as TIC em ferramentas potenciadoras e geradoras de novas situações de aprendizagem e de novas metodologias de trabalho;
- c) Promover a seleção e organização de recursos educativos e materiais de apoio já existentes e a produção de outros, com vista a apoiar o trabalho de alunos e professores.

Utilização

- a) Utilizar as TIC como forma privilegiada de comunicação entre as diversas escolas do Agrupamento, com a Comunidade Educativa, Serviços Administrativos e Entidades Oficiais;
- b) Fomentar o aumento da utilização das TIC pelos diversos membros da Comunidade Educativa e nos diversos níveis de gestão e serviços escolares;
- c) Motivar os alunos para a utilização das TIC em novas situações, propiciando a autoconstrução do conhecimento;
- d) Propiciar aos alunos a utilização prática dos conhecimentos adquiridos no domínio das TIC;



- e) Promover a utilização das TIC por parte dos professores nos diversos momentos da sua atividade letiva;
- f) Possibilitar e fomentar a utilização da Internet nas diferentes salas de Aula.

III - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR

1. Ofertas formativas

2º E 3º CICLOS E ENSINO SECUNDÁRIO				
		OFERTA FORMATIVA		
ESCOLA	CICLO	CURSOS	ANOS	DESIGNAÇÃO
Escola Básica Marcelino Mesquita, Cartaxo	2º Ciclo	Ensino Regular	5º Ano 6º Ano	
		Percurso Curricular Alternativo	6º Ano	
	3º Ciclo	Ensino Regular	7º Ano 8º Ano	
		Percurso Curricular Alternativo	7º Ano	
Escola Secundária do Cartaxo	2º/3º Ciclos	Programa Integrado de Educação e Formação	6º Ano 9º Ano	
	3º Ciclo	Ensino Regular	8º Ano 9º Ano	
		Curso Vocacional	9º Ano	- Comércio, Serviço de Mesa e Eletricidade
		Curso de Educação e Formação	8º Ano 9º Ano	- Eletricista de Instalações - Tipo 2 - Práticas Administrativas - Tipo 3
	Secundário	Ensino Regular	10º Ano 11º Ano 12º Ano	- Ciências e Tecnologias - Línguas e Humanidades - Ciências Socioeconómicas - Artes Visuais
		Ensino Profissional	10º Ano	- Restaurante - Bar - Animação Sociocultural - Gestão e Programação de Sistemas Informáticos - Comércio
			11º Ano	- Cozinha - Pastelaria - Comércio
			12º Ano	- Multimédia - Viticultura e Enologia - Vendas



2. Articulação Curricular

A articulação e sequencialidade das aprendizagens entre os diferentes ciclos, níveis de ensino e anos de escolaridade deve ser feita nos Departamentos Curriculares, nos Conselhos de Turma e através da constituição de grupos de trabalho específicos para este fim.

A organização e gestão curricular faz-se promovendo a articulação entre os diferentes ciclos de ensino e promovendo estratégias que contribuam para um melhor relacionamento entre a família e a escola. Para fomentar a articulação entre os diferentes ciclos de ensino o Agrupamento promove a:

- Realização de reuniões de trabalho entre docentes da mesma Área Disciplinar / departamentos dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo para partilha de experiências e troca de materiais;
- Planificação e realização de atividades de articulação entre os diferentes ciclos;
- Promoção da gestão curricular entre os docentes do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos;
- Promoção da formação de docentes de acordo com as necessidades da escola;

Os coordenadores dos Departamentos Curriculares devem reunir, regularmente, de forma a possibilitar uma articulação interdepartamental.

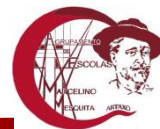
As estruturas de coordenação pedagógica devem propiciar espaços de articulação entre os diretores de turma, de modo a desenvolverem estratégias que conduzam à cooperação e resolução de problemas. A mesma situação deve ocorrer com os diretores de turma e os coordenadores de departamento curricular, que devem promover espaços de debate e reflexão para partilha de experiências e saberes.

Periodicamente, devem ser promovidas reuniões entre os professores dos diferentes ciclos do ensino básico, nomeadamente na transição do 1º ciclo para o 2º ciclo e deste para o 3º ciclo do ensino básico, para garantir a articulação e sequencialidade entre os diferentes ciclos.

A criação destes espaços de articulação compete, essencialmente, às Áreas Disciplinares, aos Departamentos Curriculares e ao Conselho Pedagógico.

A elaboração do Plano Próprio da Turma deve ter em conta a articulação vertical e horizontal, a nível dos conteúdos, competências e metodologias, de modo a facilitar o trabalho cooperativo e a resolução de problemas.

As planificações a médio e a longo prazo e as propostas de critérios de avaliação devem ser elaboradas nos Departamentos Curriculares e nas Áreas Disciplinares e, posteriormente, sujeitas à aprovação pelo Conselho Pedagógico, sendo então divulgadas aos alunos e respetivos Encarregados de Educação.



3. Matrizes curriculares

O currículo nacional engloba o conjunto de aprendizagens e competências essenciais e estruturantes a desenvolver pelos alunos, tendo como referência as matrizes curriculares e programas aprovados pelo Ministério da Educação. (Anexo I)

No Pré-escolar e 1º Ciclo a carga letiva é de 25h semanais, distribuídas equitativamente por cinco dias úteis.

As disciplinas de opção que o Agrupamento oferece no nível secundário são selecionadas de acordo com o interesse que os alunos manifestam em termos de prosseguimento de estudos aquando do preenchimento dos questionários para caracterização do perfil individual do aluno/turma, das escolhas no ato de matrícula, conjuntamente com a disponibilidade de recursos humanos, técnicos e logísticos que o Agrupamento dispõe para suprir essas preferências.

Os cursos vocacionais destinam-se a alunos com idade superior a 13 anos que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular e procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles alunos que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes.

Os cursos profissionais destinam-se aos estudantes que pretendem enveredar por uma formação destinada a uma mais rápida inserção no mercado de trabalho (embora sem excluir a via do ensino superior), sendo a formação em contexto de trabalho assegurada por numerosas empresas e instituições, com as quais se estabelecem protocolos e parcerias.

A Turma de Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é um programa constante no Despacho Conjunto nº 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social. Este Programa pretende favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos e é destinada a jovens em situação de exploração infantil, a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho para uma qualificação profissional e ainda a menores vítimas das piores formas de exploração.

O PIEF concretiza-se, relativamente a cada menor, mediante a elaboração de um plano de educação e formação (PIEF) com subordinação aos princípios de individualização, acessibilidade, flexibilidade, continuidade, faseamento de execução, celeridade e atualização.

4. Projetos Turma

A gestão do trabalho realizado em cada turma é da responsabilidade do Diretor de Turma, ao qual compete a construção do respetivo plano de ação, numa dinâmica de articulação com a equipa pedagógica e outros intervenientes, internos e externos, que forem tidos por proveitosos para corresponder aos problemas e especificidades do grupo em questão. (Anexo II)



5. Atividades de promoção do sucesso escolar

De modo a suprir os obstáculos dos alunos com dificuldades de aprendizagem, o Agrupamento organiza e disponibiliza um conjunto de apoios educativos. Apoio educativo é o conjunto de estratégias e atividades concebidas e realizadas no âmbito curricular e extra curricular que contribui para o reforço das aprendizagens dos alunos, especialmente dos que evidenciem maiores dificuldades.

O agrupamento dispõe de várias modalidades de apoio às atividades educativas:

Oferta complementar

A oferta complementar está prevista nas matrizes curricular dos 1º, 2º e 3º ciclos e são as seguintes:

CICLO	ANO	OFERTA COMPLEMENTAR
PRÉ-ESCOLAR	---	Inglês Educação Física Expressão Musical Atividades Experimentais
1º CICLO	1º Ano	*Educação para a Saúde - Alimentação
	2º Ano	*Educação Ambiental
	3º Ano	Filosofia com Crianças
	4º Ano	Iniciação à Programação no 1º Ciclo
2º CICLO	5º Ano	Ciências Naturais (semestral) História e Geografia de Portugal (semestral) Matemática
3º CICLO	9º Ano	Português Matemática

*Estes projetos fazem parte da Educação para a Cidadania - as áreas curriculares precisam de se articular com as áreas transversais como Educação para a Saúde e Educação Rodoviária, entre outras.

Pedagogia diferenciada - Numa primeira fase de diagnóstico de alguma dificuldade de aprendizagem, ou de ritmo algo descompassado com a restante turma - quer por mais lento quer por mais rápido - surge como remediação, em sala de aula, a estratégia da pedagogia diferenciada.



Esta promoção da diferença é de forma aparentemente contraditória um caminho para a pedagogia inclusiva (ao assumir-se a diferença promove-se a igualdade), dado que se reconhece que as metas podem ser por todos atingidas, se respeitada a diferença.

Aulas de apoio educativo - Numa segunda fase de dificuldades de aprendizagem, surgem as aulas de apoio educativo com o objetivo de ajudar os alunos a suprir as dificuldades de aprendizagem e/ou consolidar as aprendizagens adquiridas e desenvolvidas em espaço letivo e/ou promover o desenvolvimento de competências de estudo e investigação. São aulas extra horário normal, com as seguintes características:

- São aulas de quarenta e cinco ou noventa minutos;
- Normalmente acontecem uma/duas vezes por semana;
- Contemplam todas as disciplinas mas em particular as disciplinas de Português, Línguas Estrangeiras e Matemática;
- São lecionadas, sempre que possível, pelo professor da disciplina;
- São lecionadas em pequenos grupos, ou até individualmente.

Tutorias - Por tutoria entende-se o acompanhamento de um aluno por um professor, num quadro algo semelhante ao “*locus parentis*”. Destina-se a alunos que evidenciam, não necessariamente dificuldades de aprendizagem, mas igualmente uma notória falta de organização a todos os níveis, designadamente nos métodos de trabalho e de estudo, no caderno diário, na higiene dos materiais, bem assim como demais elementos disruptivos.

A tutoria deve ser entregue preferencialmente a um professor da turma que evidencie uma boa relação humana e afetiva com o aluno, mas simultaneamente capaz de assumir e incutir no mesmo a necessidade de se instituírem regras, métodos de trabalho e hábitos de estudo.

Aulas de português para alunos oriundos de outros países - Estas aulas desenvolvem-se quer em blocos de noventa minutos quer em blocos de quarenta e cinco minutos.

- Podem ser individuais ou em grupos muito pequenos; tendencialmente os grupos deverão integrar alunos de origens linguísticas e culturais próximas;
- São lecionadas por professores de Português;
- Deverão ser fornecidas aos alunos competências linguísticas e culturais, de forma a integrá-los na nossa sociedade.

Aulas PROMED (PROjeto para a MELhoria do Desempenho dos alunos) - é um projeto de incentivo à utilização dos resultados da avaliação externa dos alunos para a melhoria das suas aprendizagens. Estas aulas visam dotar os alunos com as competências específicas inerentes a cada disciplina sujeita a teste intermédio e/ou exame nacional e que lhes permita ter bom desempenho em qualquer circunstância, mais especificamente na avaliação externa. Pretende-se assim, contribuir para a consolidação, aprofundamento e domínio de saberes e proporcionar aos alunos o contacto com a tipologia dos instrumentos de avaliação externa. Por outro lado procuram



desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar os critérios de classificação gerais/específicos de classificação emitidos pelo GAVE, tornando-a uma prática corrente. Estas poderão incluir todos os alunos de uma turma e são facultativas.

Assessorias/coadjuvâncias - As assessorias/coadjuvâncias em sala de aula permitem aos discentes um ensino mais individualizado, sendo possível implementar assessorias/coadjuvâncias específicas, tanto a Português como a Matemática, do 2.º e 3.º ciclos. As assessorias/coadjuvâncias em sala de aula possibilitam ainda ajudar o professor titular da turma a controlar o comportamento dos alunos em turmas onde o comportamento é considerado não satisfatório.

Propostos que sejam os alunos para qualquer destas modalidades de apoio, devem os encarregados de educação ser informados do horário de funcionamento, assumindo o compromisso de assiduidade. Periodicamente, o professor ou técnico responsável deverá entregar ao diretor de turma um relatório sobre a atividade desenvolvida. Os conselhos de turma, nas reuniões de final de período, pronunciam-se acerca da eficácia e da manutenção dos apoios ministrados.

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

Estas atividades irão funcionar das dezasseis horas e trinta minutos às dezassete horas e quinze minutos, cinco dias por semana, o que perfaz quatro horas e quinze minutos semanais, ficando a cargo do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo. Com estas atividades pretende-se desenvolver capacidades, destrezas, atitudes e comportamentos que contribuam para o sucesso escolar e para a formação pessoal e social dos alunos.

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR				
CICLOS	ANOS	HORÁRIO	ATIVIDADES	TEMPOS
1º CICLO	1º e 2º Anos	16h30m às 17h15m	Atividade Física e Desportiva	2 Tempos
			Ensino do Inglês	1 Tempo
			Atividades Lúdico/Expressivas/Música	2 Tempos
	3 e 4º Anos	16h30m às 17h15m - 1 dia por semana: 16h00m às 17h30m	Atividade Física e Desportiva	2 Tempos
			Atividades Lúdico/Expressivas/Música	2 Tempos
			Formação Cívica	1 Tempo



6. Planos - Programas - Projetos - Clubes

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PROJETOS / CLUBES	PÚBLICO ALVO	ESCOLA
PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO - PTE	O Plano Tecnológico da Educação (PTE) é o maior programa de modernização tecnológica das escolas portuguesas. Disponibiliza conteúdos e serviços em linha e reforça as competências TIC de alunos e docentes. Para operacionalização dos projetos, foram criadas as equipas PTE de modo a dar a conhecer e formar a comunidade escolar sobre diversos recursos digitais e como os utilizar corretamente.	Todos os níveis de ensino	Agrupamento
PROGRAMA ECO-ESCOLAS	O Programa Eco-Escolas pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola/agrupamento, no âmbito da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável.	Todos os níveis de ensino	Agrupamento
PES - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE	Em contexto escolar, educar para a saúde consiste em dotar as crianças e jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental, bem como a saúde dos que os rodeiam.	Comunidade Educativa	Agrupamento
PROGRAMA SAÚDE ORAL BIBLIOTECAS ESCOLARES - SOBE	É um Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral. Através de um conjunto de materiais, o KIT SOBE, trabalha-se a temática da Saúde Oral, em articulação com a Educação para a Saúde, de forma flexível, integrada, dando autonomia criativa às escolas, às bibliotecas e aos seus responsáveis.	1º e 2º Ciclos	1º e 2º Ciclos
PROGRAMA E CLUBE DO DESPORTO ESCOLAR	O Desporto Escolar é um conjunto de práticas lúdico-desportivas e de formação desenvolvidas como complemento curricular e de ocupação dos tempos livres. Do ponto de vista funcional, o Programa do Desporto Escolar operacionaliza-se através do Clube do Desporto Escolar, em duas vertentes complementares: uma, referente à dinamização de atividades desportivas realizadas internamente em cada agrupamento de escolas, e outra, referente à atividade desportiva desenvolvida por grupos-equipa: Voleibol, Basquetebol, Natação, Ténis de Mesa (nível 1 e 2), Futsal, Xadrez, Corta-Mato....	Agrupamento	Agrupamento
PROGRAMA YOUNG VOLUNTEAM	O Programa Young Volunteer tem como objetivo sensibilizar toda a comunidade educativa para a prática do voluntariado como expressão de cidadania ativa. Ao longo do ano, os alunos atuam como verdadeiros embaixadores e agentes de mudança, implementando diversas ações e disseminando os valores do Voluntariado, não só entre os seus colegas, como também nas Escolas do Ensino Básico e na comunidade envolvente.	Agrupamento	Agrupamento
PROJETO ELOS	O projeto ELOS tem como objetivo geral contribuir para uma educação de qualidade, inserindo os alunos num ambiente de aprendizagem europeu e internacional, preparando-os para agir num mundo globalizado, para exercer plenamente a cidadania ativa. A rede ELOS existe desde 2004, uma iniciativa da Presidência Holandesa do Conselho da União Europeia (UE). Presentemente há mais do que 140 escolas ELOS, em mais de 17 países Europeus. Em Portugal existem apenas 6 agrupamentos com o ELOS - o Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita é um deles.	Escolas Básicas e Secundárias: -Alunos na faixa etária 12-19 anos; -Professores; -Direção das Escolas; -Famílias	Escola Secundária
PROJETO SCIENCE4YOU	É uma iniciativa da Comissão Europeia, promovida pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors no quadro de Parceria de Gestão estabelecida entre o Governo Português e a Comissão Europeia. Visa sensibilizar a comunidade para as questões das ciências experimentais no seu quotidiano com vista a proporcionar a todos um contacto com as Ciências Experimentais e União Europeia, através da participação em concursos/atividades propostas pela Science4you, ao nível Nacional e Internacional.	Todos os níveis de ensino	Agrupamento
PROJETO PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DOS ALUNOS - PROMED	O PROMED (Projeto para a Melhoria e Desempenho dos Alunos) é um projeto de incentivo à utilização dos resultados da avaliação externa dos alunos para a melhoria das suas aprendizagens. Os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais, nas provas de aferição e nos testes intermédios são um património de informação que permite conceber estratégias de ensino que melhorem as aprendizagens dos alunos, nas várias áreas disciplinares e demonstram um potencial diferenciado de autorregulação do seu desempenho.	Alunos do ensino básico e secundário sujeitos a testes intermédios/exames	Escola Secundária
PROJETO EMPRIANÇA (NERSANT)	É uma metodologia inovadora, cujo objetivo é sensibilizar as crianças para o empreendedorismo e atividade empresarial, com o intuito de estimular a capacidade de criação, observação e atuação do aluno, preparando-o para o seu futuro. Pretende-se valorizar as diferentes áreas do saber, por meio de experiências práticas, envolvendo o que se passa à sua volta: família, empresas, instituições e localidades. De modo a alcançar os objetivos propostos são disponibilizadas às escolas, pela Nersant, formação aos professores (creditada) e diversos recursos pedagógicos.	1º Ciclo: alunos do 4º ano	Escolas Básicas do 1º Ciclo
PROJETO EMPREENDER JOVEM (NERSANT)	A metodologia do Projeto "Empreender Jovem" consiste na criação e desenvolvimento de ideias de negócio, sob a forma de empresas, com ligação ao ambiente empresarial e em articulação com o currículo, através da aplicação de diferentes estratégias didáticas: •Criação e partilha de ideias; •Discussão em grupos/turmas; •Contacto com o meio empresarial; •Concretização e dinamização das empresas a desenvolver.	Alunos dos 2º e 3º ciclos	Escola Básica Marcelino Mesquita
PROJETO EMPREENDESCOLA (NERSANT)	A metodologia do Projeto "EmpreEscolas" - Empreender no ensino secundário - consiste na aplicação de um conjunto de atividades integradas que visam promover e desenvolver competências empreendedoras nos alunos do ensino secundário. A estratégia de implementação que se propõe no desenvolvimento do Projeto EmpreEscola divide-se em várias fases sequenciais. D fase 1 à fase 5 os participantes são apoiados, em sessões presenciais a realizar na Escola, por uma equipa de técnicos da NERSANT.	Alunos do ensino secundário regular e profissional	Escola Secundária
EPIS - EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL	A Associação EPIS - Empresários, Inclusão Social - pretende combater o insucesso e o abandono escolares, através da prevenção e da remediação de fatores de risco dos alunos e familiares, da promoção de fatores de proteção e através da indução de fatores externos de sucesso nas organizações escolares. Tem em vista o desenvolvimento individual dos jovens portugueses e não portugueses, residentes em Portugal, com vista à sua inclusão social e tendo por aspiração a construção de um modelo coletivo de cidadania moderna.	Alunos do 3º ciclo, jovens entre os 13 e os 15 anos, que constituam "casos de risco" em termos de sucesso escolar	Escola Básica Marcelino Mesquita, Cartaxo
PROJETO VOLUNTARIADO ESCOLAR	Este projeto nasceu à 4 anos na Escola Secundária do Cartaxo, como proposta coordenada entre a disciplina de educação moral e religiosa católica com os serviços de psicologia e assistência social da escola, na resolução de problemas económicos de algumas famílias dos alunos, por um lado, e na promoção de valores humano-cristãos, por outro. Voluntariado com crianças e idosos, campanhas de solidariedade e mentoria têm sido as principais atividades desenvolvidas.	Todos os níveis de ensino, Comunidade Educativa	Agrupamento
PROJETO Etwinning	Promover a tomada de consciência, por parte dos alunos, dos consumos energéticos que são feitos na sociedade e na escola; Despertar os alunos para questões ambientais e para a sua importância social.	Ensino Secundário	Escola Secundária
PROJETO CIENTÍFICO "CIENTISTA DA CASSISI POR UM DIA"	O projeto científico "Cientista de Cassisi por um dia", pretende que os alunos de escolas básicas e secundárias, dos 10 aos 18 anos, de todo o mundo, se coloquem no papel de cientistas de uma missão espacial, através da realização de um trabalho de investigação sobre um astro. Resulta de uma parceria entre a NASA, ESA e a Agência Espacial Italiana (ASI).	Alunos de Escolas Básicas e Secundárias, dos 10 aos 18 anos	Escola Secundária



ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PROJETOS / CLUBES	PÚBLICO ALVO	ESCOLA
PROJETO - DO MAR AO RIO - CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES AVIEIRAS	<p>O projeto "Do mar ao rio - Cultura e Desenvolvimento das Comunidades Avieiras", visa divulgar a Cultura Avieira nas suas diversas dimensões. Faz parte integrante do Projeto de Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional, promovido pelo Instituto Politécnico de Santarém e outras entidades públicas, privadas e associativas. Este projeto surge na sequência do protocolo existente entre o Instituto Politécnico de Santarém e o Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo.</p> <p>Este projeto destina-se a todos os alunos da escola, professores e restantes membros da comunidade educativa, ainda que centrado especialmente, no trabalho a desenvolver pelos alunos do 9º ano, Ensino Secundário e Ensino Profissional (área de Turismo), implementado nas seguintes áreas de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Educação - Consciencialização e conhecimento da comunidade educativa relativamente à preservação da "Cultura Avieira"; •Comunicação - Divulgação junto da Comunidade Educativa; •Formação - Ação formativa dirigida à comunidade educativa. 	Alunos do 9º ano, ensino secundário e ensino profissional (área de Turismo)	Escola Secundária
PROJETO GABINETE DE COMUNICAÇÃO	<p>Assegurar a comunicação entre o agrupamento e a comunidade educativa.</p> <p>Divulgar as atividades realizadas através das redes sociais (Facebook, Tweeter, Blog) e imprensa local e regional.</p> <p>Divulgar as atividades/projetos do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo.</p> <p>Criar um arquivo digital - Memória digital.</p> <p>Participar na elaboração do Anuário do Agrupamento.</p>	Comunidade Educativa	Agrupamento
HERÓIS DA FRUTA	<p>O projeto "Heróis da Fruta - Lanche Escolar Saudável", é uma iniciativa de intervenção escolar, de âmbito nacional, cujo principal objetivo é motivar as crianças para a importância do consumo de fruta diário, adotando definitivamente este hábito alimentar.</p> <p>Como a prevenção é o melhor remédio, torna-se essencial ensinar às crianças importantes lições sobre alimentação saudável para combater a obesidade infantil e restantes doenças associadas (diabetes tipo II, hipertensão, doenças cardio-vasculares, vários tipos de cancro, entre outras).</p>	Alunos do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância	Escolas Básicas do 1º Ciclo
PROJETO APRENDER A PENSAR - FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	<p>Estimular o pensamento crítico, criativo e interventivo;</p> <p>Combater o insucesso escolar.</p>	Alunos do 1º Ciclo	Escolas do 1º Ciclo
PROJETO PAP - PROVA 10	<p>Dar a conhecer a relevância das provas finais dos cursos profissionalizantes na transição da escola para o mercado de trabalho.</p>	Alunos do 12º ano dos cursos profissionalizantes	Escola Secundária
CLUBE EUROPEU DE ARTES E LETRAS	<p>Relaciona-se com a necessidade de promover valores de cidadania, participação ativa e consciente na comunidade escolar, relativamente à união europeia, os seus objetivos, valores e o funcionamento das instituições.</p> <p>Projeto que se articula com as atividades curriculares e estabelece parcerias com instituições e entidades públicas e/ou privadas - Câmara Municipal do Cartaxo, Escolas do Distrito de Santarém, Europe Direct, da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, Instituto Português do Desporto e da Juventude (I.P.D.J.) e Lar de S. João da Misericórdia do Cartaxo.</p>	Comunidade Escolar	Escola Secundária
CLUBE DALI D'ARC	<p>Clube que pretende criar uma dinâmica de atividades orientando os alunos a utilizarem as línguas francesa e espanhola de forma contextualizada.</p>	Comunidade Escolar	Escola Secundária
BIG BENGISH CLUB	<p>Clube que pretende criar uma dinâmica de atividades orientando os alunos a utilizarem a língua inglesa de forma contextualizada.</p>	Comunidade Escolar	Escola Secundária
CLUBE DE CERÂMICA	<p>O clube de cerâmica surge da necessidade de sensibilizar a comunidade escolar para a importância dos objetos manufaturados, de relacionar a estrutura dos materiais com o seu comportamento, desenvolver a coordenação motora em consonância com o cognitivo e ainda estimular a interdisciplinaridade.</p> <p>Tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver o espírito de cooperação entre professores e alunos. •Contribuir para a descoberta de aptidões. •Fomentar a participação da comunidade na vida escolar. •Reconhecer a importância das artes como meio de concretização das atividades de caráter interventivo. •Adquirir competências técnicas na área de desenvolvimento artístico. 	Comunidade Escolar	Escola Secundária
CLUBE FILOSOFICAMENTE	<p>É destinado a todos os alunos do ensino secundário, numa lógica de complementaridade com o currículo, constituir-se como um espaço e um tempo dedicados à promoção e ao desenvolvimento da reflexão filosófica nas suas múltiplas vertentes.</p> <p>É estruturado através de uma série de modalidades filosóficas independentes, mas simultaneamente complementares capazes de responder de forma estimulante e eficaz às múltiplas solicitações que geradas pela realidade polifacetada do universo discente:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Debates de problemas filosóficos; •Produção de ensaios filosóficos; •Esclarecimento de dúvidas/aperfeiçoamento da metodologia do trabalho filosófico; •Preparação para o exame de filosofia; •Participação nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia. 	Alunos do ensino secundário regular e profissional	Escola Secundária
CLUBE DE TEATRO MARCELINO MESQUITA	<p>Desenvolvimento de atividades com foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> •O indivíduo e o grupo: Desenvolver uma relação de pertença e de autonomia no seio do grupo. •O corpo e a voz: Tomar consciência do corpo, explorando as suas potencialidades no processo de expressão/comunicação. •Sensações e emoções: Desenvolver a aptidão para interiorizar sensações e emoções experimentais e enriquecer a expressão individual. •Espaço: Tomar consciência do meio (espaço e objeto), explorando as suas potencialidades ao serviço da expressão/comunicação. •Linguagem verbal e não verbal: Tomar consciência das potencialidades da linguagem verbal e não verbal no processo de expressão/comunicação. 	Maiores de 12 anos	Escola Básica Marcelino Mesquita, Cartaxo
DESPORTO ESCOLAR	<p>Sessões de treino dos grupos/equipas de futsal; voleibol; atividades rítmicas desportivas.</p> <p>Atividades a nível de escola: torneio de futsal, basquetebol e formação de jovens árbitros.</p> <p>Sessões de treino dos grupos/equipas de natação.</p> <p>Sessões de treino dos grupos/equipas de futsal, natação, voleibol, ténis, ténis de mesa, xadrez e hipismo.</p> <p>Dinamização de atividades a nível de escola: torneio de futsal, basquetebol 3x3, voleibol 4x4, ténis de mesa, xadrez, "nadar sem parar", formação de juizes/árbitros e claqueas.</p> <p>Participação nas provas/campeonatos do agrupamento: corta-mato e "Mega Sprinter/km/salto".</p>	<p>Alunos do 2º Ciclo, 7º e 8º anos</p> <p>Alunos do 2º/3º Ciclos com NEE</p> <p>Alunos do 3º Ciclo e Secundário</p> <p>Alunos do 4º ano, 2º/3º Ciclos e Secundário</p>	<p>Escola Básica Marcelino Mesquita</p> <p>Escola Básica Marcelino Mesquita</p> <p>Escola Secundária</p> <p>Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita</p>



Desporto Escolar

A prática desportiva nas escolas - Desporto Escolar, para além de um dever decorrente do quadro normativo vigente no sistema de ensino, constitui um instrumento de grande relevo e utilidade no combate ao insucesso escolar e na melhoria da qualidade do ensino, desenvolvendo atividades desportivas de complemento curricular, intra e interescolares.

Complementarmente promove estilos de vida ativos e saudáveis que contribuem para a formação equilibrada de todos os alunos e para a iniciação e desenvolvimento da prática desportiva em Portugal, designadamente o ensino, a recreação, o treino e a competição.

O Desporto Escolar é “(...) o conjunto de práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e de ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo” (Artigo 5.º - “Definição”, Secção II - “Desporto Escolar”, do Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro).

Do ponto de vista funcional, o Desporto Escolar operacionaliza-se em duas vertentes complementares: uma, referente à dinamização de atividades desportivas realizadas internamente no agrupamento (torneios/provas desportivas, demonstrações; projetos no âmbito da promoção de estilos de vida saudáveis); e outra, referente à atividade desportiva desenvolvida por grupos-equipa (treinos/competição e NEE). O local de funcionamento do Desporto Escolar engloba todo o recinto escolar, para além das regulares saídas para os encontros/concentrações de outras escolas e autarquias.

Ocupação plena dos tempos escolares

A ocupação plena de tempos escolares destina-se a assegurar que o horário do aluno seja integralmente cumprido. Para tal, a escola deve assegurar e/ou providenciar:

- Programação e planeamento das atividades escolares que, de forma flexível e adequada, proporcionem o aproveitamento dos tempos escolares dos alunos;
- Recursos humanos, físicos e materiais necessários ao desenvolvimento de tais atividades;
- Um plano que, para o efeito em epígrafe, assegure uma eficaz distribuição do serviço docente, de forma a garantir a ocupação plena dos alunos no seu horário letivo.

Numa dimensão instrumental, e para se atingirem os objetivos supramencionados, sempre que o professor responsável por uma turma não possa assegurar as atividades letivas, os alunos do Ensino Básico serão ocupados da seguinte forma:

- a) No Pré-escolar, a turma poderá distribuir-se por professores de outras salas ou as assistentes operacionais/técnicas procedem ao acompanhamento do grupo turma;
- b) No 1.º ciclo, um professor, geralmente em serviço de apoio educativo, dá continuidade às atividades em curso; quando tal não for possível, poderão distribuir-se grupos de alunos por turmas regidas por outros professores;



c) No 2º, 3º ciclos e ensino secundário, proceder-se-á da seguinte forma:

- Permuta da atividade letiva entre os docentes da mesma turma;
- Substituição, devidamente programada, de docente por outro;
- Compensação da atividade letiva, entendida como o bloco de aula ser transferido para outro dia e hora, mas mantendo o mesmo professor.

No que à substituição concerne:

- Será cumprido o plano de aula sempre que este exista;
- Na inexistência do plano de aula, poderão ser desenvolvidas as seguintes atividades:
 - Atividades em sala de estudo;
 - Clubes temáticos;
 - Atividades de uso de tecnologias de informação e comunicação;
 - Leitura orientada;
 - Pesquisa bibliográfica orientada;
 - Atividades desportivas orientadas;
 - Atividades oficinais musicais ou teatrais.

IV - AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Conforme enunciado nos normativos de referência (Decreto-lei n.º 139/2012, de 5/7 e Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 05/04) a avaliação é um elemento integrante e regulador do ensino e aprendizagem, permitindo uma recolha sistemática de informações que apoiam a tomada de decisões adequadas à melhoria da qualidade do ensino e à orientação do percurso escolar.

Os alunos e encarregados de educação devem ser informados, no início do ano letivo, dos critérios de avaliação de cada disciplina, propostos pelas diferentes Áreas Disciplinares e aprovados em Conselho Pedagógico.

1. Domínios e ponderações dos critérios gerais de avaliação

Expõe-se um quadro geral do qual constam os domínios e respetivas ponderações atribuídas a cada ciclo de estudos bem como especificidades relativas a cursos e disciplinas com características diferenciadas.

DOMÍNIOS											
DOMÍNIOS GERAIS	PRÉ-ESCOLAR	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	CURSO VOCACIONAL	CEF	ENSINO SECUNDÁRIO	CURSOS PROFISSIONAIS	EMRC		
									2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO
CONHECIMENTOS/ CAPACIDADES	80%	90%	90%	90%	70%	80%	95%	80%	45%	45%	50%
FORMAÇÃO ÉTICA, MORAL E RELIGIOSA	---	---	---	---	---	---	---	---	45%	45%	45%
ATITUDES/ VALORES	20%	10%	10%	10%	30%	20%	5%	20%	10%	10%	5%



2. Critérios de avaliação

Normas, modalidades e critérios específicos de avaliação disciplinas e áreas

I - Ensino Básico

1. As principais normas referentes à avaliação, interna e externa, das aprendizagens dos alunos constam do Despacho Normativo nº 1-F/2016, de 05/04) e no Decreto-lei n.º139/2012, de 05/07.
2. Conforme estipulado no Art.º 23.º daquele Decreto-lei, *“a avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelo aluno”*, visando *“melhorar o ensino e suprir as dificuldades de aprendizagem”* (n.ºs 1 e 2).
3. Incide nos “conteúdos definidos nos programas e tem como referência as metas curriculares em vigor nas diversas áreas disciplinares e não disciplinares, no 1.º ciclo, e disciplinas, nos 2.º e 3.º ciclos.” (Art.ºs 5.º, n.º 2).
4. As componentes do currículo de caráter transversal ou de natureza instrumental constituem parte integrante da avaliação das diversas áreas disciplinares e não disciplinares, nos termos definidos pelos conselhos pedagógicos.
5. Os intervenientes neste processo são os professores, os alunos, os conselhos de docentes, no 1.º ciclo, ou os conselhos de turma, nos 2.º e 3.º ciclos; os órgãos de gestão da escola; os encarregados de educação; os docentes de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo do aluno; e a administração educativa (Art.º 5º, Despacho Normativo nº 1-F/2016, de 05/04).
6. As condições de participação de alunos, encarregados de educação, profissionais especializados em apoios e restantes intervenientes devem ser asseguradas pelo agrupamento e definidas no seu regulamento interno.
7. A responsabilidade da avaliação compete aos professores, aos conselhos de docentes, no 1.º ciclo, aos conselhos de turma nos 2.º e 3.º ciclos, aos órgãos de direção da escola, assim como aos serviços ou entidades designadas para o efeito (idem, n.º 2).
8. A avaliação interna dos alunos compreende as seguintes modalidades (Art.º 24º):
 - a) A diagnóstica, realiza-se no início de cada ano letivo, ou noutro momento considerado adequado, destinando-se a averiguar o grau de consecução das aprendizagens dos alunos e a desenhar estratégias de superação dos problemas identificados, também nas vertentes da integração escolar e de orientação escolar e vocacional;
 - b) A formativa tem “caráter contínuo e sistemático” no sentido de permitir a todos os intervenientes “e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias”;



c) A sumativa fornece um juízo globalizante, tendo em mira a classificação e a certificação, incluindo duas dimensões: a interna, realizada a nível dos estabelecimentos de ensino, que corre nos finais de período bem como nos exames de equivalência à frequência; e a externa, da responsabilidade dos serviços centrais da administração educacional, que se concretiza nos exames nacionais, nas disciplinas de Português e Matemática, nos anos finais dos ciclos, no ensino básico, e no 11.º e 12.º ano, no secundário, em diversas disciplinas.

9. Os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade são definidos pelos conselhos pedagógicos do agrupamento, sob proposta dos departamentos curriculares e em harmonia com as orientações centrais. Visam uniformizar atuações a seguir por todos os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, os indicadores e as percentagens atribuídas a cada domínio apresentam-se diferenciados para corresponderem à natureza específica de cada disciplina, ano e grupo-turma, conforme quadro “domínios” da página 31.

10. A avaliação dos Cursos de Educação e Formação (CEF) e dos cursos vocacionais, obedece a procedimentos específicos constantes, respetivamente, do Despacho-Conjunto n.º 453/2004, de 27/7, e Portaria n.º 292-A/2012 de 26/09.

11. Os alunos integrados na Educação Especial serão avaliados de acordo com o estabelecido no seu Programa Educativo Individual (PEI), nos termos do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

12. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, de utilização cruzada (uma vez que nenhum é, por si só, completamente objetivo e proporciona uma visão integral de todo o processo), adequados à natureza dos conhecimentos e capacidades que se pretende desenvolver e às características dos aprendentes (fichas de avaliação escrita, fichas de observação e registo de comportamentos, de trabalhos de pesquisa individual ou em grupo, relatórios, portefólios, entrevistas, listas de verificação de tarefas, grelhas de verificação de trabalhos de casa, entre outros).

13. No 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se numa escala descritiva/qualitativa em todos os períodos;

14. No 4.º ano expressa-se, nos três períodos, numa escala de 1 a 5, nas disciplinas de Português e de Matemática, e de forma descritiva/qualitativa, nas restantes áreas.

15. No 2.º e 3.º ciclos a classificação final de cada disciplina expressa-se numa escala de 1 a 5, em todos os anos de escolaridade.

16. Os instrumentos de avaliação deverão fazer uso das menções incluídas no quadro que se segue e corresponder às percentagens ali constantes.

ENSINO BÁSICO					
Valores de Notação	Mto Insuf.	Insuf.	Suf.	Bom	Mto Bom
Percentagem	0 - 19	20 - 49	50 - 69	70 - 89	90 - 100
Níveis	1	2	3	4	5



17. Em termos de avaliação sumativa interna, as decisões sobre transição e progressão do aluno para o ano ou ciclo subsequentes são da competência do professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou do conselho de turma, no 2.º e 3.º ciclos, verificando-se sempre que seja considerado que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades para prosseguir com sucesso os seus estudos no ano de escolaridade ou ciclo seguintes, sem prejuízo, no que diz respeito às transições de ciclo, do disposto no ponto 11 do Art.º 9.º e do Art.º 13.º do DN supracitado.

18. A avaliação sumativa externa, realizada pelos serviços do Ministério da Educação, compreende a realização de provas finais de ciclo no 9.º ano nas disciplinas de Matemática e Português, sendo esta substituída por Português Língua Não Materna para os alunos que tenham concluído o nível de proficiência linguística de iniciação (A2) ou o nível intermédio (B1) no 3.º ciclo.

19. A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, no ensino básico, expressa através das menções, respetivamente, de **Transitou** ou **Não Transitou**, no final de cada ano e de **Aprovado (a)** ou **Não Aprovado(a)**, no final do ciclo (4º, 6º e 9º anos). Assim, os critérios gerais de progressão/retenção no presente ano letivo são os seguintes:

1º Ciclo

1. A decisão de progressão do(a) aluno(a) ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão da competência do professor titular de turma em articulação com o Departamento do 1º ciclo.
 - a) No 1º ano de escolaridade não há lugar a retenções, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas injustificadas;
 - b) Nos 2º e 3º anos, o aluno não transita se tiver obtido a classificação de **Muito Insuficiente** a Português ou a Matemática.
2. No 1º ciclo o aluno não progride e obtém a menção de **Não Aprovado**, se estiver numa das seguintes condições:
 - a) se o aluno tiver obtido a classificação de Insuficiente a Português ou Português Língua Não Materna (PLNM) e a Matemática;
 - b) se o aluno tiver obtido a classificação de Insuficiente nas disciplinas de Português ou Matemática e, cumulativamente, de classificação Insuficiente em duas das restantes disciplinas;
 - c) se o aluno estiver em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade, segundo o artigo 21 da lei nº 51/2012, de 5 de setembro;

2º e 3º Ciclos

3. Nos 2º e 3º ciclos o aluno não progride e obtém a menção de **Não Aprovado**, se estiver numa das seguintes condições:



- a) se o aluno tiver obtido a classificação inferior ao nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNM e de Matemática;
 - b) se o aluno tiver obtido a classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas;
 - c) se o aluno estiver em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade, segundo o artigo 21 da lei nº 51/2012, de 5 de setembro;
 - d) A não realização das provas finais implica a retenção do aluno no 9º ano de escolaridade, exceto nas situações previstas no nº 3 do artigo 18º do Despacho Normativo nº 1-F/2016.
20. As decisões decorrentes da avaliação de um aluno, no 3.º período de um ano letivo, podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo encarregado de educação ao diretor, fundamentado em razões de ordem técnica, legal ou pedagógica.
21. A tramitação dos pedidos de revisão é a seguinte:
- a) no 1.º ciclo, o diretor convoca uma reunião de conselho de docentes para apreciação do pedido de revisão, podendo confirmar ou não a avaliação inicial, através de relatório pormenorizado.
 - b) nos 2.º e 3.º ciclos é convocado o conselho de turma que, em sessão extraordinária, procede à análise do pedido de revisão, deliberando com base em todos os documentos apresentados, no sentido da manutenção ou alteração da avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado que deve integrar a ata da reunião;
 - c) A decisão do conselho de turma é depois enviada para o diretor, que pode optar por enviar o processo ao Conselho Pedagógico, que emitirá parecer prévio à decisão final;
 - d) da deliberação do diretor é dado conhecimento ao encarregado de educação, que pode interpor recurso hierárquico para o serviço competente do Ministério da Educação e Ciência, podendo apenas basear-se em vício de forma. Da decisão deste recurso não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa, pelo que a decisão se torna definitiva.
22. Todos os alunos, independentemente da sua idade, poderão concluir um ciclo de estudos através de exames de equivalência à frequência.
- 22.1. Podem apresentar-se às provas de equivalência à frequência, na qualidade de autopostos, e além de outras situações de menor relevância para este agrupamento, os alunos que, nos termos do DN:
- a) tenham ficado retidos por excesso de faltas, nos conforme alíneas a) e b) do n.º 4.º da Lei n.º 51/2012, de 5/9 (Estatuto do Aluno e Ética Escolar);
 - b) estejam no 6.º ou 9.º anos de escolaridade e não tenham sido aprovados na avaliação sumativa do 3.º período.
- 22.2. Os alunos do 1.º ciclo realizam obrigatoriamente na 1.ª fase:
- a) as provas de Português e Matemática e também uma prova oral na disciplina de Português;
 - b) as provas de Estudo do Meio e Expressões Artísticas.



22.3. Por sua vez, os alunos do 2.º e 3º ciclo realizam, na 1.ª fase:

- a) as provas nacionais de final de ciclo, como provas de equivalência à frequência, e também uma prova oral na disciplina de Português;
- b) as provas de equivalência à frequência em todas as restantes disciplinas, no caso de retenção por excesso de faltas;
- c) as provas de equivalência à frequência nas disciplinas a que não obtiveram aprovação no caso da alínea b) do ponto 22.1.º.

22.4. Os alunos autopropostos do 3º ciclo realizam obrigatoriamente:

- a) as provas nacionais de final de ciclo, como provas de equivalência à frequência, na 1ª chamada;
- b) as provas de equivalência à frequência em todas as restantes disciplinas, no caso de retenção por excesso de faltas;
- c) as provas de equivalência à frequência nas disciplinas em que não obtiveram aprovação na primeira fase.

22.5. Podem apresentar-se à segunda fase:

- a) os alunos do 1.º e 2º ciclos, que não obtiveram aprovação nas provas de equivalência à frequência na 1ª fase, por terem obtido classificação inferior a 3;
- b) os alunos do 3º ciclo, que podem inscrever-se para realizar as disciplinas em que não obtiverem aprovação na primeira fase (exceto nas sujeitas a prova final nacional), desde que aquelas lhes permitam a conclusão de ciclo.

23. Os Cursos de Educação e Formação são regulados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27/7, que define basicamente o processo de avaliação como contínuo, revestindo-se de um carácter regulador, proporcionando um reajustamento constante do projeto de ensino e aprendizagem e o estabelecimento de um plano de recuperação que proporcione aos formandos a aquisição de métodos de estudo e de trabalho, bem como do desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam a sua autonomia.

24. A avaliação realiza-se por disciplina ou domínio, utilizando-se, no caso dos cursos existentes no agrupamento (de nível 2), a escala de 1 a 5. Nos cursos deste nível, a avaliação tem lugar em momentos pré-definidos, não havendo lugar a retenção.

25. A Prova de Avaliação Final (PAF) reveste o carácter de prova de desempenho profissional e consiste na realização de trabalho prático perante um júri de cinco elementos, integrado por três elementos exteriores à escola, sendo obrigatória a presença de, pelo menos, dois deles.

26. Para a conclusão do curso os formandos têm de obter classificação superior a três em todas as componentes da formação e na prova de avaliação final, nos cursos que a integrem.



27. Critérios gerais de progressão/retenção dos cursos vocacionais de 3º ciclo

1. Os alunos dos cursos vocacionais que concluíam o 9.º ano podem prosseguir estudos nas seguintes vias de ensino:
 - a) No ensino regular, desde que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais de 9.º ano;
 - b) No ensino profissional, desde que tenham concluído com aproveitamento todos os módulos do curso;
 - c) No ensino vocacional de nível secundário, desde que tenham concluído 70 % dos módulos das componente geral e complementar e 100 % dos módulos da componente vocacional.
2. Os alunos dos cursos vocacionais podem candidatar-se a provas finais nacionais independentemente do número de módulos concluídos com aproveitamento.

(Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro)

28. Critérios gerais de progressão/retenção dos cursos de educação e formação

Progressão

- 1 – Nos cursos de tipo 2, a avaliação processa-se em momentos sequenciais predefinidos, ao longo do curso, não havendo lugar a retenção no caso de um percurso de dois anos.

Conclusão do curso

- 1 – Para conclusão, com aproveitamento, de um curso de tipo 2 e 3, os alunos/formandos terão de obter uma classificação final igual ou superior a nível 3 em todas as componentes de formação e na prova de avaliação final, nos cursos que a integram.

Certificação

- 1 – Aos alunos/formandos que concluírem com aproveitamento os cursos previstos no presente Regulamento será certificada, consoante os casos, a qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3 e a conclusão do 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade, respetivamente, de acordo com o previsto no anexo a que se refere o artigo 1.º.
- 2 – Aos alunos/formandos que frequentaram um curso de tipo 1, 2 e 3 e obtiveram nas componentes de formação sociocultural e científica uma classificação final igual ou superior a nível 3, conforme a escala utilizada, e tenham respeitado o regime de assiduidade em todas as componentes, com exceção da componente de formação prática, poderá ser emitido um certificado escolar de conclusão do 6.º ou do 9.º ano de escolaridade.
- 3 – A fórmula a aplicar na situação referida no número anterior será a seguinte:

$$CFE = \frac{FSC + FC}{2}$$

sendo:

CFE=classificação final escolar;

FSC=classificação final da componente de formação sociocultural;

FC=classificação final da componente de formação científica.



Prosseguimento de estudos

1 – A obtenção da certificação escolar do 9.º ano de escolaridade através de cursos de tipo 2 ou de tipo 3 permite ao aluno/formando o prosseguimento de estudos num dos cursos do nível secundário de educação previstos nos n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, desde que realize exames nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Não realizam exames nacionais:

a) Os alunos que obtiverem aprovação na avaliação sumativa interna realizada no final de um curso de Educação e Formação de Tipo 2 ou 3 e pretendam continuar estudos de nível secundário, exceto em cursos científico-humanísticos, na modalidade de ensino regular;

Realizam exames nacionais:

a) Os alunos que concluíam ou tenham concluído um Curso de Educação e Formação de Tipo 2 ou 3 e que pretendam prosseguir estudos de nível secundário em cursos científico humanísticos, na modalidade de ensino regular; (Despacho conjunto n.º 453/2004)

II - Ensino Secundário - Cursos Científico-Humanísticos

1. A avaliação, no ensino secundário, está atualmente regulada pela Portaria n.º 243/2012, de 10/8.

2. Compete ao Conselho Pedagógico definir, no início do ano letivo, os critérios de avaliação para cada ano de escolaridade e disciplina, sob proposta dos departamentos curriculares, tendo especial atenção às componentes prática e/ou experimental, de acordo com a natureza das disciplinas.

3. Os instrumentos de avaliação deverão fazer uso das menções incluídas no quadro que se segue e corresponder às percentagens ali constantes.

ENSINO SECUNDÁRIO					
Valores de Notação	Mto Insuf.	Insuf.	Suf.	Bom	Mto Bom
Percentagem	0 - 4,4	4,5 - 9,4	9,5 - 13,4	13,5 - 17,4	17,5 - 20

3. A lei prevê um peso dessas componentes para um conjunto de disciplinas, conforme o quadro:

Línguas e FQ E Biol e línguas

QUADRO SECUNDÁRIO página 49 e seg

4. A avaliação sumativa interna é da responsabilidade conjunta e exclusiva dos professores do conselho de turma, tendo em conta os critérios aprovados em Conselho Pedagógico, que devem ser obrigatoriamente publicitados para conhecimento de todos os corpos escolares e comunicados diretamente aos alunos na sala de aula.



5. Por decisão do Conselho Pedagógico devem ser considerados os seguintes critérios transversais, com uma ponderação global de 5% nos cursos científico-humanísticos (sendo de 20% nos cursos profissionais, tratados no ponto seguinte):

- a) assiduidade e pontualidade;
- b) comportamento na sala de aula;
- c) cooperação nas tarefas;
- d) compromissos assumidos.

6. A avaliação sumativa interna é formalizada em reuniões do conselho de turma no final de cada período letivo.

7. No 1.º e 2.º períodos tem como finalidade essencial informar o aluno, e ou o seu encarregado de educação, sobre o desenvolvimento da aprendizagem em cada disciplina, permitindo ainda, e segundo a lei, a tomada de decisões sobre o seu percurso escolar.

8. No 3.º período, a avaliação sumativa tem as seguintes finalidades:

- a) apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno ao longo do ano, e do seu aproveitamento;
- b) atribuição, conforme os casos, de classificação de frequência e de classificação final nas disciplinas;
- c) decisão sobre a progressão nas disciplinas e transição de ano;
- d) decisão sobre a aprovação em disciplinas terminais não sujeitas a exame final nacional no plano de estudos do aluno.

1. Para o ensino secundário, as condições de retenção no mesmo ano de escolaridade (relacionadas com as classificações atribuídas) são:

- a) com mais de duas classificações inferiores a dez valores o aluno não transita de ano. Repete a matrícula nas disciplinas em que obteve classificação inferior a dez valores; pode matricular-se nas outras disciplinas para melhoria de classificação.

2. As condições de transição de ano e de progressão por disciplina (relacionadas com as classificações atribuídas) são:

- a) Classificação igual ou superior a dez valores a todas as disciplinas do plano curricular, o aluno matricula-se em todas as disciplinas;
- b) Classificação igual ou superior a dez valores em todas as disciplinas do plano curricular, exceto em duas, e nestas obteve oito ou nove valores, o aluno matricula-se em todas as disciplinas, incluindo as de classificação inferior a dez valores;
- c) Classificação igual ou superior a dez valores em todas as disciplinas do plano curricular, exceto em uma ou duas, e nesta(s) obteve classificação inferior a oito valores. O aluno



matricula-se em todas as disciplinas, exceto naquela ou naquelas em que a classificação foi inferior a oito valores.

3. Os alunos não progridem em disciplinas em que tenham obtido classificação inferior a dez valores em dois anos curriculares consecutivos.
4. A classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a oito valores.
5. Na transição do 11º para o 12º ano, o aluno não pode obter em mais do que duas disciplinas a classificação inferior a dez valores, considerando-se as CIF nas disciplinas terminais e as CI das não terminais, sendo consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10º para o 11º ano.
6. A exclusão por faltas e a anulação de matrícula equivalem a não progressão ou não aprovação na disciplina, devendo ser considerados como tal para efeitos de transição de ano.
7. Para efeitos de transição do aluno para o ano de escolaridade seguinte, não é considerada a disciplina de Educação Moral desde que frequentada com assiduidade.
8. A classificação na disciplina de Educação Física é considerada para efeitos de conclusão do nível secundário de educação, mas não entra no apuramento da média final, exceto quando o aluno pretenda prosseguir estudos nessa área.
9. A decisão quanto à classificação a atribuir a cada aluno é da competência do conselho de turma, após apreciação da proposta do professor de cada disciplina, ponderando ainda as informações que a suportam e a situação global do aluno.
10. A avaliação sumativa interna engloba ainda os exames de equivalência à frequência nas disciplinas em que tal é legalmente possível (constantas do anexo X da Portaria nº 243/2012, de 20/8). Esta modalidade é da competência do Conselho Pedagógico.
11. Estas provas destinam-se a alunos autopropostos que, nomeadamente:
 - a) tendo estado matriculados no ano terminal da disciplina, anulem a matrícula nos termos da portaria;
 - b) pretendam obter aprovação a disciplina cujo ano terminal tenham frequentado sem aprovação;
 - c) pretendam aprovação em disciplinas que não tenham frequentado, desde que estejam matriculados no ano terminal correspondente;
 - d) que queiram obter melhoria de nota, ou pretendam mudança de curso, dentro dos limites da lei.
 - e) Podem ainda ser admitidos os alunos excluídos por faltas, mas apenas na segunda fase.
12. A avaliação sumativa externa é destinada a aferir o grau de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, e é realizada sob a égide do Ministério da Educação e Ciência, sendo a informação obtida através dos exames finais nacionais.



13. Podem apresentar-se aos exames nacionais os alunos que tenham obtido pelo menos 10 valores na classificação interna final, desde que, no último ano, não tenham obtido classificação inferior a 8.
14. Os alunos realizam obrigatoriamente exames finais à disciplina de Português, à disciplina trienal da formação específica e às duas outras disciplinas bienais da mesma formação, podendo optar por realizar exame apenas a uma destas, e a Filosofia da formação geral.
15. O peso da nota do exame na classificação final é atualmente de 30%.
16. Transitam de ano os alunos que obtenham aprovação a todas as disciplinas menos duas, desde que nestas obtenham classificação superior a 8 valores, não progredindo às disciplinas em que obtenham classificação negativa em dois anos consecutivos.
17. Poderá ser requerida, pelo aluno quando maior, ou pelo seu encarregado de educação, a revisão das decisões do conselho de turma do 3.º período.
18. A tramitação do processo de revisão é em tudo semelhante à prevista para o ensino básico, com exceção do facto de a decisão final ser tomada pelo Conselho Pedagógico e não pelo diretor.

III - Cursos Profissionais

1. A avaliação dos cursos profissionais possui várias especificidades, dado o seu funcionamento em regime modular, a obrigatoriedade de um estágio de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e da realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), perante um júri que integra entidades externas à escola. É regulada pela Portaria n.º 74-A, de 15/02 de 2013.
2. A avaliação incide sobre os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver no âmbito das disciplinas respeitantes a cada uma das componentes de formação, respetivamente sociocultural, científica e técnica, e ainda do plano de trabalho da FCT e da PAP.
3. A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada módulo, sendo organizada de forma participativa entre o professor e aluno ou grupo de alunos, respeitando-se os ritmos de aprendizagem de cada aluno.
4. O Conselho Pedagógico aprova, no início das atividades escolares, os critérios e procedimentos a aplicar, tendo em conta a dimensão integradora da avaliação.
5. A avaliação sumativa ocorre, no final de cada módulo, com a intervenção do professor e aluno. Os resultados da avaliação são ratificados pelo diretor.
6. O aluno progride, a cada disciplina, se obtiver a classificação mínima de 10 valores em cada módulo.
7. São publicitadas as classificações relativas a cada módulo, após a sua conclusão; a cada disciplina, após a conclusão de todos os módulos que a compõem no final de cada ano do ciclo de formação; da FCT e da PAP, no final do curso.



8. A PAP consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto desenvolvido ao longo do curso, e do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo dos saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação.

9. O júri da PAP é composto por um mínimo de quatro elementos, integrando dois elementos externos à escola, designadamente um representante das associações empresariais e sindicais do setor de atividade afim à área em que se desenvolveu o projeto, e uma personalidade de reconhecido mérito da área de formação profissional e dos setores afins ao curso. A presença destes dois elementos é obrigatória.

10. A FCT é realizada segundo um plano previamente delineado, sendo monitorizada por pessoa designada pela entidade acolhedora. No final é atribuída uma classificação final que tem uma ponderação de 30%, à qual se junta a avaliação da PAP que tem uma ponderação de 70%. Estas duas componentes têm um peso de um terço na classificação final do curso, pesando a média final dos módulos realizados os dois terços restantes.

V. Divulgação, avaliação e reformulação do projeto curricular

Como referido anteriormente, este projeto operacionaliza as orientações do currículo nacional, mostrando as opções e prioridades de aprendizagem efetuadas em função das particularidades da comunidade escolar que serve.

As escolhas em causa serão adequadas aos contextos de cada setor, curso e turma, no seguimento dos dados recolhidos anteriormente e nas avaliações diagnósticas de início deste ano.

1. Divulgação

Assim, no sentido de todos os envolvidos conhecerem a natureza do agrupamento, as opções curriculares feitas (bem como os pressupostos que as sustentam), e às mesmas se vincularem, importa divulgar este projeto junto de toda a comunidade educativa, da seguinte forma:

- na página do agrupamento;
- na plataforma moodle;
- nas reuniões de departamento.

2. Avaliação e reformulação

A avaliação do projeto curricular deve ser um processo contínuo e flexível, pois este processo deve obedecer a princípios de diferenciação, adequação e flexibilização, acompanhando, deste modo, os ajustamentos e adaptações que forem sendo introduzidas.

Cabe ao Conselho Pedagógico, aos Departamentos Curriculares, aos Conselhos de Turma, ao Conselho Geral e demais estruturas do agrupamento (nomeadamente a equipa de Avaliação Interna), em articulação com o Diretor aferir, ao longo do ano, a qualidade e a adequação do trabalho realizado, tendo como referência os seguintes indicadores: resultados da avaliação dos



alunos, interna e externa; resultados dos planos de apoio implementados, bem como dos Programas Educativos Individuais (PEI) e dos Currículos Específicos Individuais (CEI); níveis de indisciplina; grau de eficácia dos projetos, atividades, clubes e parcerias, bem como, o grau de participação dos encarregados de educação na vida escolar.

Assim, o projeto curricular é avaliado por todas as estruturas de orientação educativa, sempre que as circunstâncias o aconselharem, sem prejuízo de o ser obrigatoriamente no final do ano letivo.



ANEXOS

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ÁREAS DE CONTEÚDO	
Formação Pessoal e Social	
Expressão e Comunicação	Domínio da educação motora
	Domínio Educação artística
	Domínio Linguagem oral e abordagem à escrita
Domínio da matemática	
Conhecimento do mundo	

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

1º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	ANOS	HORAS
Português	1º Ano	8h30m
	2º Ano	7h30m
	3º Ano	7h30m
	4º Ano	7h30m
Matemática	1º Ano	7h30m
	2º Ano	8h30m
	3º Ano	7h30m
	4º Ano	8h30m
Estudo do Meio	1º Ano	3h
	2º Ano	3h
	3º Ano	4h
	4º Ano	3h
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	Todos os anos	3h
Apoio ao Estudo	Todos os anos	2h
Oferta Complementar	Todos os anos	1h
Inglês	3º Ano	2h
	4º Ano	2h
AEC (atividade facultativa)	1º Ano	5t x 45'
	2º Ano	5t x 45'
	3º Ano	6t x 45'
	4º Ano	6t x 45'
Educação Moral e Religiosa (disciplina facultativa)	Todos os anos	1h

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

2.º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL 45´	
	5.º ANO	6.º ANO
DISCIPLINAS		
Português	2+2+2	2+2+2
Inglês	2+1+1	2+1
História e Geografia de Portugal	2	2+1
Matemática	2+2+2	2+2+2
Ciências Naturais	2+1	2+1
Educação Visual	2	2
Educação Tecnológica	2	2
Educação Musical	2	2
Educação Física	3	3
Educação Moral e Religiosa	1	1
Oferta Complementar (a)		
- Ciências Naturais (OCCN)	1	---
- História e Geografia de Portugal (OCHGP)	1	---
Apoio ao Estudo	5	5
Espanhol e Francês (b)	----	1

- (a) A criar pelo Agrupamento em função do crédito letivo disponível.
(b) A funcionar semestralmente.



ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

3.º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL 45´		
	7.º ANO	8.º ANO	9.º ANO
Português	2+2+1	2+2+1	2+2+1
LE I - Inglês	2+1	2	2
LE II - Espanhol/ Francês	2+1	2+1	2+1
História	2	2+1	2+1
Geografia	2+1	2	2+1
Matemática	2+2+1	2+2+1	2+2+1
Ciências Naturais	2+1 c)	2+1 c)	2+1 c)
Físico-Química	2+1 c)	2+1 c)	2+1 c)
Educação Visual	2	2	2+1
Educação Tecnológica	1 ou 2 d)	1 ou 2 d)	----
TIC	1 ou 2 d)	1 ou 2 d)	----
Educação Física	2+1	2+1	2+1
Educação Moral e Religiosa	1 a)	1 a)	1 a)
Oferta Complementar (b)			
- Português (OCP)	---	---	1
-Matemática (COM)	---	---	1

- a) Disciplina de frequência facultativa.
- b) Frequência obrigatória desde que criada pelo Agrupamento em função do crédito letivo disponível.
- c) Quando o número de alunos por turma for igual ou superior a 20, haverá desdobramento na aula de 45´.
- d) Quando as turmas do ano de escolaridade forem em número par, serão um tempo (90´) durante um semestre, quando o número for ímpar será um tempo anual.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

COMPONENTES DE FORMAÇÃO		CARGA HORÁRIA SEMANAL		
		10º ANO	11º ANO	12º ANO
GERAL	Português	4	4	5
	Língua Estrangeira I, II ou III b)	4	4	
	Filosofia	4	4	
	Educação Física	4	4	4
ESPECÍFICA	Trienal	6	6	6
	Opções c):			
	Bienal 1	6 ou 7	6 ou 7	
	Bienal 2	6 ou 7	6 ou 7	
	Opções d):			
	Anual 1			4
	Opções e):			
	Anual 2 f)			4
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA g)		2	2	2
TEMPO A CUMPRIR		34 a 36 (36 a 38)	34 a 36 (36 a 38)	23 25

a) Carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um caráter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá utilizar uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por disciplina, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

c) O aluno escolhe duas disciplinas bienais

d), e) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (d)

f) Oferta dependente do projeto educativo da escola-conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 2*45'

h) Carga máxima em função das opções dos diversos cursos.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA LETIVA DOS CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS

		10º ANO	11º ANO	12º ANO
	DISCIPLINAS	X 45'	X 45'	X 45'
GERAL	Português	4 (2+2)	4 (2+2)	5 (2+2+1)
	Língua Estrangeira I, II ou III a)	4 (2+2)	4 (2+2)	
	Filosofia	4 (2+2)	4 (2+2)	
	Educação Física	4 (2+2)	4 (2+2)	4 (2+2)
ESPECÍFICA	Trienal	6	6	6
	Matemática A	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	História	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Desenho	2+2+3 b)	2+2+3 b)	2+2+3 b)
	Bienal	6 ou 7	6 ou 7	
	Biologia e Geologia	2+2+3 b)	2+2+3 b)	2+2+3 b)
	Física e Química A	2+2+3 b)	2+2+3 b)	2+2+3 b)
	Geometria Descritiva A	2+2+1+1 c)	2+2+1+1 c)	
	Economia A	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	História A	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Geografia A	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	MACS	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Latim A	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Literatura Portuguesa	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	História e Cultura das Artes	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Matemática B	2+2+2	2+2+2	2+2+2
	Língua Estrangeira I, II e III	2+2+3 b)	2+2+3 b)	2+2+3 b)
	Anual			4
	Biologia			2+2 d)
	Química			2+2 d)
	Física			2+2 d)
	Geologia			2+2 d)
	Geografia C			2+2 d)
	Sociologia			2+2 d)
	Oficina de artes			3+1 b)
	Psicologia B			2+2
	Materiais e Tecnologias			3+1 b)
	Língua Estrangeira I, II e III			2+2
	Economia C			2+2
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA e)		2	2	2

a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua

b) Quando o número de alunos por turma for superior a 20, desdobra numa aula de 3 tempos.

c) Quando o número de alunos por turma for superior a 24, desdobra numa aula de 1 tempo.

d) Quando o número de alunos por turma for superior a 20, desdobra numa aula de 2 tempos.

e) Disciplina de frequência facultativa

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

COMPONENTES DA FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (* 90')		
		10º	11º	12º
GERAL	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira I / II / III	2	2	
	Filosofia	2	2	
	Educação Física	2	2	2
ESPECÍFICA	Matemática A	3	3	3
	Duas			
	Física e Química A	3,5	3,5	
	Biologia e Geologia	3,5	3,5	
	Geometria Descritiva	3	3	
	Um dos pares a)			
	Física c)			2
	Aplicações Informáticas			2
	Biologia b)			2
	Psicologia B			2
	E.M.R.C.	1	1	1
TOTAL DA CARGA HORÁRIA (*50')		18 a 19	15 a 19	11,5 a 12,5

a) No ato da matrícula, o aluno deverá indicar os dois pares de disciplinas por ordem de preferência, uma vez que a sua abertura está condicionada, de acordo com a legislação em vigor, pela existência de um número mínimo de 20 alunos.

b) Esta escolha carece de aprovação até final do ano, na disciplina de Biologia/Geologia no 11º ano.

c) Esta escolha carece de aprovação até final do ano, na disciplina de Física/Química no 11º ano.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS

COMPONENTES DA FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (* 90')		
		10º	11º	12º
GERAL	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira I / II / III	2	2	
	Filosofia	2	2	
	Educação Física	2	2	2
ESPECÍFICA	Matemática A	3	3	3
	Duas			
	Economia A	3	3	
	Geografia A	3	3	
	Duas			
	Economia C			2
	Sociologia			2
	E. M. R.C.	1	1	1
TOTAL DA CARGA HORÁRIA (*50')		17 a 18	17 a 18	11,5 a 12,5

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

LÍNGUAS E HUMANIDADES

COMPONENTES DA FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (* 90')		
		10º	11º	12º
GERAL	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira I / II / III	2	2	
	Filosofia	2	2	
	Educação Física	2	2	2
ESPECÍFICA	História A	3	3	3
	Duas ^{a)}			
	Geografia A	3	3	
	Língua Estrangeira I / II / III ^{b)}	3,5	3,5	
	Matemática Apl. C. Sociais	3	3	
	Duas			
	Sociologia			2
	Psicologia B			2
	E. M. R.C.	1	1	1
TOTAL DA CARGA HORÁRIA (*90')		17 a 18,5	17 a 18,5	11,5 a 12,5

a) No ato da matrícula, o aluno deverá indicar os dois pares de disciplinas por ordem de preferência, uma vez que a sua abertura está condicionada, de acordo com a legislação em vigor, pela existência de um número mínimo de 20 alunos.

b) Optando por ter duas línguas, na formação geral, o aluno frequenta a mais antiga e na específica a mais recente.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

ARTES VISUAIS

COMPONENTES DA FORMAÇÃO	Disciplinas	Carga Horária Semanal (* 90')		
		10º	11º	12º
GERAL	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira I / II / III	2	2	
	Filosofia	2	2	
	Educação Física	2	2	2
ESPECÍFICA	Desenho	3	3	3
	Duas a)			
	Geometria Descritiva A	3	3	
	História da Cultura e das Artes	3	3	
	Duas			
	Oficina das de Artes			2
	Materiais e Tecnologias			2
	E. M. R.C.	1	1	1
TOTAL DA CARGA HORÁRIA (*90')		17 a 18	17 a 18	11,5 a 12,5

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS VOCACIONAIS

COMÉRCIO, SERVIÇO DE MESA E ELETRICIDADE (2 ANOS)

COMPONENTES DA FORMAÇÃO	DOMÍNIOS DE FORMAÇÃO	HORAS
GERAL	Português	110
	Matemática	110
	Inglês	65
	Educação Física	65
COMPLEMENTAR	História / Geografia	90
	Ciências Naturais/Física e Química	90
VOCACIONAL	Atividade Vocacional A	120
	Atividade Vocacional B	120
	Atividade Vocacional C	120
	Prática Simulada- Atividade Vocacional A	70
	Prática Simulada-Atividade Vocacional B	70
	Prática Simulada-Atividade Vocacional C	70

Continuação de estudos

Os alunos dos cursos vocacionais que concluíam o 9º ano podem prosseguir estudos nas seguintes vias de ensino:

- No ensino regular, desde que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais de 9º ano;
- No ensino profissional, desde que tenham concluído com aproveitamento todos os módulos do curso;
- No ensino vocacional de nível secundário, desde que tenham concluído 70% dos módulos das componentes geral e complementar e 100% dos módulos da componente vocacional.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS
PERCURSOS CURRICULARES ALTERNATIVOS (PCA)**

2º CICLO - 6º ANO

FORMAÇÃO	DISCIPLINA	MINUTOS / SEMANA
GERAL	Português	225
	Matemática	225
	Inglês	135
	Educação Física	135
	Subtotal	720
COMPLEMENTAR	Educação Visual	180
	Educação Tecnológica	90
	Educação Musical	90
	História e Geografia de Portugal	90
	Ciências Naturais	135
	Subtotal	585
TOTAL		1305



**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS
PERCURSOS CURRICULARES ALTERNATIVOS (PCA)**

3º CICLO - 7º ANO

FORMAÇÃO	DISCIPLINA	MINUTOS / SEMANA
GERAL	Português	225
	Matemática	225
	Inglês	90
	Educação Física	135
	Subtotal	675
COMPLEMENTAR	Ciências Físico-Químicas	90
	Ciências Naturais	180
	Espanhol	90
	Geografia	90
	História	90
	Educação Tecnológica	90
	Educação Visual	90
	Tecnologias de Informação e Comunicação	90
	Subtotal	810
TOTAL		1485

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

ELETRICIDADE DE INSTALAÇÕES - TIPO 2

Componentes de Formação	Áreas de Competência	Disciplinas / Domínios / Unidades		Número de horas de formação											
				1.º Ano				2.º Ano (quando aplicável)				Total			
				Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT	Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT	Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa		108		108		84		84		192		192	
		Língua Estrangeira	Inglês/Francês	108		108		84		84		192		192	
		Tecnologias de Informação e Comunicação		54		54		42		42		96		96	
		Total - Línguas, Cultura e Comunicação		270		270		210		210		480		480	
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Actual		108		108		84		84		192		192	
		Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho		30		30		-----		-----		30		30	
		Educação Física		54		54		42		42		96		96	
		Total - Cidadania e Sociedade		192		192		126		126		318		318	
	Total - Sociocultural			462		462		336		336		798		798	
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada		120		120		90		90		210		210	
		Disciplina Específica 2 ⁽¹⁾	Físico-Química	79		79		44		44		123		123	
	Total - Científica			199		199		134		134		333		333	
Tecnológica	Tecnologias Específicas	Disciplina 1 ⁽²⁾	Inst. El. II e Climatização	178	178	356		129	129	258		307	307	614	
		Disciplina 2 ⁽²⁾	Inst. El. Força Motriz	102	102	204		145	145	290		247	247	494	
		Disciplina 3 ⁽²⁾	ITED	128		128		86		86		214		214	
		Disciplina 4 ⁽²⁾													
	Total - Tecnológica			408	280	688		360	274	634		768	554	1322	
Prática	Estágio em Contexto de Trabalho									210				210	
Total (Curso)				1069	280	1349		830	274	1104	210	1899	554	2453	210
				1349				1314				2663			

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS - TIPO 3

Componentes de Formação	Áreas de Competência	Disciplinas / Domínios / Unidades		Número de horas de formação											
				1.º Ano				2.º Ano (quando aplicável)				Total			
				Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT	Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT	Plano Curricular	Desdobra-mentos	Total	FCT
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa		45		45						45		45	
		Língua Estrangeira	Inglês/Francês	45		45				45					
		Tecnologias de Informação e Comunicação		21		21				21					
		Total - Línguas, Cultura e Comunicação		111		111				111					
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Actual		21		21				21		21			
		Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho		30		30				30		30			
		Educação Física		30		30				30		30			
		Total - Cidadania e Sociedade		81		81				81		81			
	Total - Sociocultural			192		192				192		192			
	Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada			45		45						45	
Disciplina Específica 2 ⁽¹⁾			Atividades Económicas	21	21			21	21						
Total - Científica			66	66			66	66							
Tecnológica		Tecnologias Específicas	Disciplina 1 ⁽²⁾	Corresp. Comer. Arquivo	248	248			248	248					
	Disciplina 2 ⁽²⁾		Atendimento Documentação	273	273			273	273						
	Disciplina 3 ⁽²⁾		Rotinas Contab. Informática	211	211			211	211						
	Disciplina 4 ⁽²⁾														
	Total - Tecnológica			732	732			732	732						
Prática	Estágio em Contexto de Trabalho				210							210			
Total (Curso)				990		990	210				990		990	210	
				1200								1200			

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS PROFISSIONAIS

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE RESTAURANTE-BAR

PLANO DE ESTUDOS (2016-2019)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	200
	Economia	200
	Psicologia	100
	Subtotal	500
TÉCNICA	Tecnologia Alimentar	75
	Gestão e Controlo	200
	Comunicar em Francês	125
	Serviço Restaurante - Bar	700
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
PLANO DE ESTUDOS (2016-2019)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	100
	Sociologia	200
	Psicologia	200
	Subtotal	500
TÉCNICA	Área de Expressões	450
	Área de Estudo da Comunidade	325
	Animação Sociocultural	325
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200

**CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO E
PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS
PLANO DE ESTUDOS (2016-2019)**

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	300
	Física e Química	200
	Subtotal	500
TÉCNICA	Sistemas Operativos	134
	Arquitetura de Computadores	142
	Redes de Comunicação	235
	Programação e Sistemas Informação	589
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200



CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO COMERCIAL
PLANO DE ESTUDOS (2016-2019)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	300
	Economia	200
	Subtotal	500
TÉCNICA	Comercializar	225
	Organização Empresarial	350
	Comunicar em Vendas	275
	Comunicar em Francês	250
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200



CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE COZINHA-PASTELARIA
PLANO DE ESTUDOS (2015-2018)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	200
	Economia	200
	Psicologia	100
	Subtotal	500
TÉCNICA	Tecnologia Alimentar	131
	Gestão e Controlo	131
	Comunicar em Francês	84
	Serviço Cozinha - Pastelaria	754
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE COMÉRCIO

PLANO DE ESTUDOS (2015-2018)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	L. Estrangeira I, II ou III	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
CIENTÍFICA	Matemática	300
	Economia	200
	Subtotal	500
TÉCNICA	Comercializar e Vender	446
	Organizar e Gerir a Empresa	336
	Comunicar no Ponto de Vendas	234
	Comunicar em Francês	84
	Formação em Contexto de Trabalho	600
	Subtotal	1700
TOTAL		3200

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE VITICULTURA E ENOLOGIA

PLANO DE ESTUDOS (2014-2017)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	Língua Estrangeira I, II ou III (b)	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
Subtotal		1000
CIENTÍFICA	Matemática	300
	Biologia	200
	Física-Química	100
Subtotal		600
TÉCNICA	Viticultura	448
	Enologia	308
	Química Analítica	260
	Gestão de Marketing	84
	Formação em Contexto de Trabalho	600
Subtotal		1700
TOTAL		3300

a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos o ciclo de formação, a gerir pela escola, de acordo com o estabelecido na Portaria nº 559-C/2004, de 21 de maio, e demais regulamentação aplicável.

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO AUXILIAR DE VENDAS

PLANO DE ESTUDOS (2014-2017)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	Língua Estrangeira I, II ou III (b)	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
Subtotal		1000
CIENTÍFICA	Matemática	300
	Economia	200
Subtotal		500
TÉCNICA	Vender	448
	Org. Gerir a Atividade	308
	Comunicar em Vendas	260
	Comunicar em Francês / Espanhol	84
	Formação em Contexto de Trabalho	600
Subtotal		1700
TOTAL		3200

a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos o ciclo de formação, a gerir pela escola, de acordo com o estabelecido na Portaria nº 559-C/2004, de 21 de maio, e demais regulamentação aplicável.

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE MULTIMEDIA

PLANO DE ESTUDOS (2014-2017)

COMPONENTES	DISCIPLINA	HORAS
SOCIOCULTURAL	Português	320
	Língua Estrangeira I, II ou III (b)	220
	Área de Integração	220
	TIC	100
	Educação Física	140
Subtotal		1000
CIENTÍFICA	Matemática	200
	Economia	150
	Física	150
Subtotal		500
TÉCNICA	Vender	336
	Org. Gestão de Atendimento	364
	Comunicar em Vendas	280
	Comunicar em Francês	120
	Formação em Contexto de Trabalho	600
Subtotal		1700
TOTAL		3200

a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos o ciclo de formação, a gerir pela escola, de acordo com o estabelecido na Portaria nº 559-C/2004, de 21 de maio, e demais regulamentação aplicável.

ANEXO II

PROJETO DE TURMA		
ENSINO BÁSICO	ENSINO SECUNDÁRIO	CURSOS PROFISSIONAIS E VOCACIONAIS
1º, 2º, 3º CICLOS	10º, 11º, 12º ANOS	
Capítulo 1	Capítulo 1	Capítulo 1
Horários	Horários	Horários
Lista da turma	Lista da turma	Lista da turma
Planta da Sala de Aula		Identificação dos Pais e Enc. De Educação
Caracterização dos Pais e Enc. de Educação	Caracterização dos Pais e Enc. de Educação	Identificação dos Discentes
Caracterização dos Discentes	Caracterização dos Discentes	
NEE	NEE	
Avaliações Finais do Ano Letivo Transato	Avaliações Finais do Ano Letivo Transato	
Estatística 1 - Caracterização dos EE	Estatística 1 - Caracterização dos EE	
Estatística 2 - Caracterização dos Discentes	Estatística 2 - Caracterização dos Discentes	
Capítulo 2	Capítulo 2	Capítulo 2
Curricula	Curricula	Metodologias/Estratégias/Instrumentos
Levantamento dos problemas reais da turma	Levantamento dos problemas reais da turma	Discentes com excesso grave de faltas
Metodologias/Estratégias/Instrumentos	Metodologias/Estratégias/Instrumentos	Registo e Controlo de Faltas
Estratégia Educativa Global (EEG)	Estratégia Educativa Global (EEG)	
Discentes com excesso grave de faltas	Discentes com excesso grave de faltas	
Registo de medidas disciplinares	Registo de procedimentos disciplinares	
Capítulo 3	Capítulo 3	Capítulo 3
Avaliações intercalares dos discentes	Avaliações de conteúdos - conteúdos relevantes não lecionados	Descrição do Estágio e da Prova de Aptidão Profissional
Avaliações periódicas dos discentes	Avaliações intercalares dos discentes	Dados do Estágio
Avaliação de conteúdos - conteúdos relevantes não lecionados	Avaliações periódicas dos discentes	Secção de Impressão
Recomendações para o próximo ano letivo	Recomendações para o próximo ano letivo	
Avaliação do PT	Avaliação do PT	
Quadro resumo dos planos	Estatística avaliativa	
Estatística avaliativa	Secção de impressão	
Secção de impressão		